

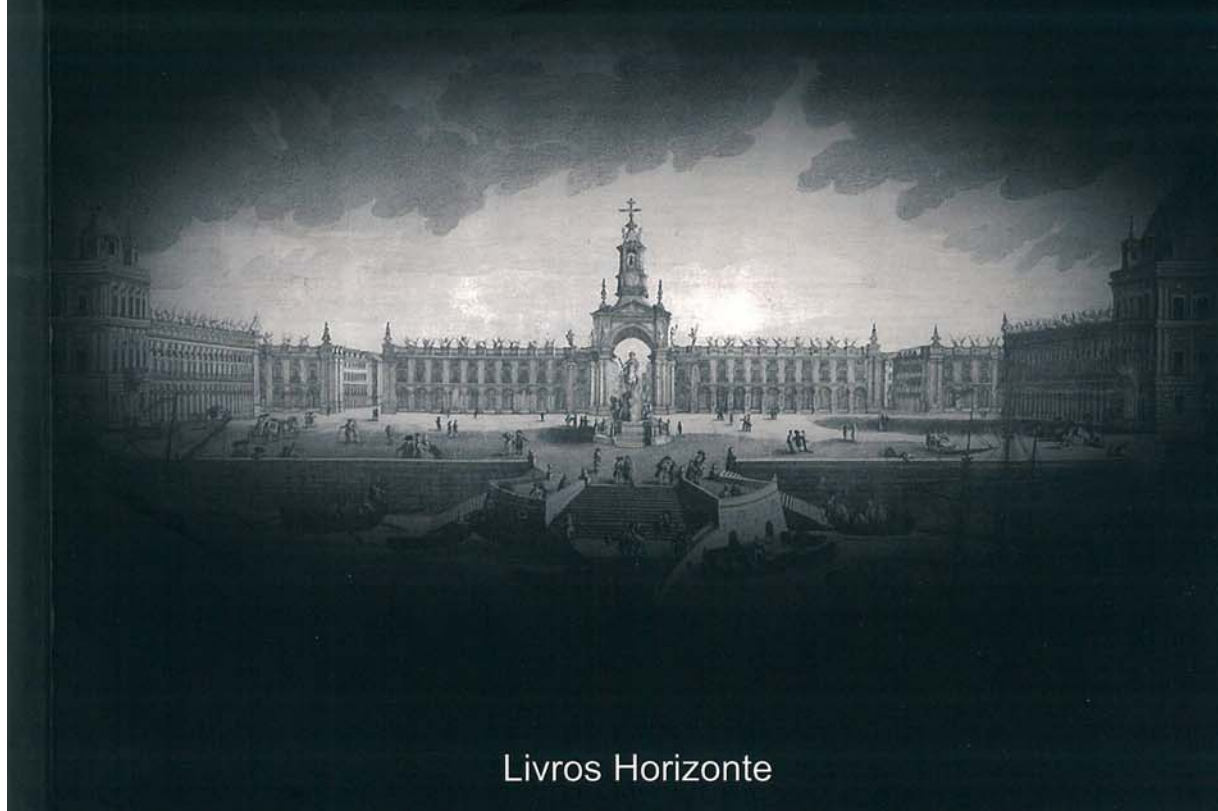
Praças Reais



PASSADO, PRESENTE E FUTURO

COORDENAÇÃO

Miguel Figueira de Faria



Livros Horizonte



Colóquio Internacional Praças Reais: Passado, Presente e Futuro

23, 24 e 25 de Novembro de 2006
em Lisboa

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



ÍNDICE

Introdução	11
«A place is a space...»	13
<i>José-Augusto França</i>	

VIVER AS PRAÇAS

Vozes da Cidade: Música no Espaço Público de Lisboa no Final do Antigo Regime	23
<i>Rui Vieira Nery</i>	
Praça e sociabilidade: práticas, representações e memórias.....	45
<i>Maria Alexandre Lousada</i>	
Mobilar a Praça do Comércio (1775-1903).....	57
<i>Pedro Bebiano Braga</i>	
Gloire, Embellissement, Utilité, and the Places Royales of Louis XV	71
<i>Richard Cleary</i>	

PRAÇA REAL OU PRAÇAS REAIS?

Algumas reflexões acerca das origens das Praças Reais em França: o reposicionamento do obelisco de Arles em 1676	83
<i>Hendrik Ziegler</i>	
La place royale existe-telle? Réflexions sur les places. royales en France sous Louis XIV	95
<i>Alexandre Gady</i>	
Da «nova ordem» à «nova ordenação»: ruptura e continuidade na Real Praça do Comércio	105
<i>António Filipe Pimentel</i>	
Did function outweigh aesthetics? Re-reading the <i>Monuments érigés en France à la gloire de Louis XV</i> by Pierre Patte (1765)	117
<i>Sophie Descat, Eric Monin</i>	

A DIFUSÃO DO(S) MODELO(S)

<i>Voluptas et commoditas. La place royale de Nancy: une subtile réécriture de l'espace urbain</i>	131
<i>Sophie Harent</i>	
La cour de Somerset House à Londres, une place royale à la française?	145
<i>Charlotte Chastel-Rousseau</i>	
¿Existe Una Plaza Real a la Española?	157
<i>Wifredo Rincón García</i>	
Fragmentos y ensayos. La difusión del modelo de plaza regular en el XIX	179
<i>Maria Rubert de Ventós</i>	
A Praça Real do Tejo	203
<i>Miguel Figueira de Faria</i>	
Praças Reais em Portugal. Projectos, realizações e influências	229
<i>Margarida Calado</i>	

AS PRAÇAS: PORTUGAL E O IMPÉRIO

A Praça na Lisboa Seiscentista e Setecentista: função, desenho e simbologia	241
<i>Helena Murteira</i>	
A Estátua Equestre de D. João IV, <i>O Restaurador</i> , no Terreiro do Paço de Vila Viçosa, no contexto das Comemorações do Duplo Centenário, 1940	255
<i>José de Monterroso Teixeira</i>	
O Campo Novo de Braga. O plano, a praça e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe ..	271
<i>Marta Maria Oliveira, Ana Cristina Silva, Maria de Fátima Castro, Jessica de Sousa, Paula Nunes e Sílvia Ramos</i>	
Índia Portuguesa: As Grandes Praças nos planos urbanos do século XVIII	295
<i>José Manuel Fernandes</i>	
Campo, Rocío, Largo, Praça, Passeio: espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro colonial	305
<i>Nireu Cavalcanti</i>	
As Praças nas cidades brasileiras, séculos XVI a XVIII	323
<i>Manuel C. Teixeira</i>	

PRAÇAS REAIS: ESTUDOS DE CASOS INTERNACIONAIS

La Place Royale de Nancy	343
<i>Pierre-Yves Caillault</i>	
Plazas Mayores Americanas en los siglos XIX y XX. Funciones y Monumentalidad	347
<i>Ramón Gutiérrez</i>	

TERREIRO DO PAÇO E/OU PRAÇA DO COMÉRCIO

A Praça do Comércio e os elementos naturais	359
<i>Cristina Castel-Branco</i>	
A Praça do Comércio: questões para um Monumento	377
<i>Maria Helena Ribeiro dos Santos</i>	
Terreiro do Paço/Praça do Comércio	389
<i>José Adrião e Pedro Pacheco</i>	
Terreiro do Paço: espaço e função	395
<i>José Sarmento de Matos</i>	
Conferencistas	405

O CAMPO NOVO DE BRAGA¹. O PLANO, A PRAÇA E A CAPELA DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

*Marta Maria Oliveira,
Ana Cristina Silva,
Maria de Fátima Castro,
Jessica de Sousa, Paula Nunes
e Sílvia Ramos**

A cidade de Braga Primaz, senhorio dos Arcebispos. A abertura do Campo Novo – Praça Mouzinho de Albuquerque, em 1720; aforamento de prazos do Cabido a partir de 1725; um plano de expansão da cidade. A expressão do mecenato religioso Barroco: uma praça com um projecto unitário de edificação, em articulação com uma capela mariana, como santuário de monte de proximidade urbana.

1 – ANTECEDENTES DO PROJECTO URBANO SETECENTISTA

Nos alvares da época moderna, a cidade de Braga é a primeira entre as cidades episcopais do reino, por extensão da diocese, por antiguidade e dignidade metropolitana da sua Igreja, que se considera primaz das Espanhas². O senhorio da cidade e dos seus Coutos pertence aos Arcebispos que possuem autonomia de governo e de administração, no domínio eclesiástico, e todos os direitos reais e jurisdição, no temporal, constituindo um caso ímpar de privilégios e prerrogativas entre os senhorios eclesiásticos e a nobreza³.

A condição insigne do Senhorio e os poderes de que está investido o Arcebispo (e o Cabido *Sede vacante*) impendem o dever de promover o bem da Igreja e de consolidar e aumentar a sua própria e individual grandeza⁴, e a responsabilidade de governar a cidade e de realizar obras providentes em benefício das comunidades da urbe e do seu termo, e da população no espaço da diocese⁵, à luz de um ideário religioso de pastoral e de assistência firmados desde o período medieval.

Entre os séculos XVI e XVIII, o mecenato dos arcebispos irá moldar a forma e imagem da cidade em três momentos de intervenção, no domínio da arquitectura religiosa, com destaque para as obras na sé catedral e nos paços do arcebispo, e da arquitectura civil, com o ordenamento de equipamentos públicos e de espaços urbanos e vias.

* Universidade do Porto.

D. Diogo de Sousa (1505-1532) promove a realização de obras públicas e intervém na estrutura da cidade entre muros e no seu termo⁶. A obra que fez «de um palheiro uma cidade»⁷ tomou o sentido de restauração da urbe, conforme a sua dignidade e antiguidade⁸. Uma ideia de Renascimento com um propósito de renovação humanista cristã. E a sua imagem de síntese exposta na ermida de Santa Ana, na forma «oitavada» de torre envolta por «colunas» (marcos miliários antigos)⁹ que o pontífice institui às portas da cidade, frente ao Castelo e ao Pelourinho, anunciando o princípio do caminho do santuário de Santa Cruz do Monte de Espinho (o Bom Jesus do Monte)¹⁰.

Na segunda metade do século XVI e na passagem para o século XVII, sobretudo nos pontificados de Beato Bartolomeu dos Mártires (1559-1582) e D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), a acção da Igreja centra-se na organização pastoral da diocese e no desenvolvimento de Estudos e na formação do clero e dos leigos, enquadrados pelas instituições do clero secular e regular. As novas casas religiosas da cidade, de construção severa e obra chã, formam o modelo de reforma cristã de inspiração tridentina.

No século XVIII, com os arcebispos D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), D. José de Bragança (1741-1756) e D. Gaspar de Bragança (1758-1789), uma nova vaga de intervenções transforma a cidade de expressão austera, que prenunciava o barroco apenas em formas ornamentais e decoração consentidas no quadro de estruturas arquitectónicas ainda maneiristas, numa cidade barroca festiva. No longo pontificado de D. Rodrigo de Moura Teles, as intervenções de melhoramentos urbanos que acompanham a abertura do Campo Novo, em 1720, consagram o alargamento dos limites da cidade fora de muros, e a sua expansão no aro dos subúrbios. Já em meados do século, os programas de construção e de celebrações sagradas e profanas acentuam uma linha de exaltação das instituições da Igreja, através do aparato e eloquência dos sinais religiosos, na paisagem urbana, e da edificação marcante de lugares sagrados no espaço do território. Em conjunto, a edificação religiosa e civil e as intervenções nos lugares públicos formam a encenação de uma vivência de urbanidade magnificente.

OS CAMPOS DA CIDADE E OUTROS ESPAÇOS URBANOS

Uma das intervenções urbanísticas de maior alcance, devidas a D. Diogo de Sousa, consistiu no ordenamento dos terrenos vagos existentes em volta das muralhas, compreendendo medidas de regularização dos espaços, de alinhamentos da construção privada e de integração, no domínio público, de terrenos com vista à formação e ampliação de novos espaços urbanos, os campos¹¹.

A presença de uma cintura de espaços livres em volta da cidade (uma área pública *non aedificandi*, em virtude da sua proximidade com as muralhas), que acolhe lugares de feira e outras funções compatíveis com a natureza do espaço livre¹², é comum na cidade antiga e constitui, a par com a formação de construção arruada ao longo das vias de acesso ao burgo, um dos nós temáticos da intervenção de ordenamento urbano característica do princípio da expansão urbana fora de muros.

No primeiro terço do século XVI, o nome de Rossio pelo qual são conhecidos os espaços que cingem a muralha da cidade, cede lugar à designação de Campo que irá manter-se até ao limiar do século XX¹³. O seu sentido não é particular de Braga, antes corresponde à representação específica, conhecida e partilhada de uma realidade e do seu contexto que se valida na cidade portuguesa em geral¹⁴. Do ponto de vista da implantação na periferia de uma estrutura urbana, o Campo concorre com o Rossio, como

terreno amplo e livre, mas diferencia-se na medida em que é compreendido como um espaço aberto mais evoluído, com limites clarificados, em fase de urbanização¹⁵.

Em Braga, a posição dos campos sistematizados no início de Quinhentos, relaciona-se com as entradas na cidade definidas em função da rede viária peninsular, que perdurava desde a Romanização¹⁶, e com as ligações regionais de pólos urbanos emergentes na Idade Média¹⁷. Conforme a topografia dos lugares e a articulação do sistema local de acessos à cidade entre muros, os diferentes espaços acompanham o traçado da cerca, pelo exterior, ou confrontam-na em profundidade, ajustando-se às directrizes radiais que acedem ao centro da cidade tomado pela Sé catedral¹⁸.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, a cintura dos Campos de Braga vai adquirir uma proeminência de escala, relativamente ao núcleo entre muros, e uma consistência de ocupação pública, a ordenar e hierarquizar os lugares por meio de um programa de obras civis e religiosas que aí se implantam, que a tornam quase única entre as cidades portuguesas. É então que se intensifica a dimensão religiosa e simbólica da cidade expressa através de marcas, no espaço urbano e no território, sob a forma de eixos cruzados e radiantés.

Nos campos da Vinha¹⁹ e de Santa Ana²⁰, as edificações religiosas distribuem-se ordenadas em cruz, transformando o lugar público num espaço de pastoral urbana. E nas vias que acedem à cidade, as igrejas, novas ou reconstruídas nessa época, que ladeiam os percursos, incorporam uma torre do lado da cabeceira, a orientar o enfiamento dos caminhos da urbe, e mesmo, voltam o frontespício para a sede catedralícia²¹.

Um número significativo de conventos e de outras instituições da Igreja aproximam-se de um alinhamento principal norte-sul, que passa na Sé e referencia as construções religiosas dos campos e das ruas da cidade²². Já as sedes do poder temporal ordenam-se segundo uma directriz transversal, poente-nascente que se clarifica no século XVIII²³. Ruas novamente abertas viabilizam o atravessamento mais directo da cidade nos dois sentidos²⁴. Na composição do espaço de Vila Real de Santo António (fundada em 1774) é reconhecida uma semelhante disposição de coordenadas urbanas que sugere um cruzamento de eixos «espíritual» e de «poder»²⁵.

Quanto à praça, lugar urbano eminentemente público, até ao século XVIII, a designação parece aplicar-se de modo restrito ao espaço onde se situam os paços do Concelho. Mas por extensão, quando a estrutura urbana se complexifica, o nome também se aplica a outros lugares da cidade onde se exercem actividades de comércio que tradicionalmente coincidiam na praça do Concelho²⁶. A posição da praça e o facto de ser elemento estruturante do sistema de urbanidade local explicam a sua tendencial configuração regular e central, uma característica que poderá deter em comum com outros espaços urbanos, como os largos, sem que estes sejam designados do mesmo modo²⁷.

Outros espaços se distribuem pela cidade. Dentro e fora de muros, encontram-se terreiros que são identificados pelo edifício singular adjacente, religioso ou civil²⁸. Em certos casos, a designação do terreiro parece distinguir não um lugar específico, mas a qualidade edificada de um espaço mais amplo de campo ou de praça em que se inscreve (o «terreiro de N. S. a Branca», o «terreiro da Praça do Pão»), talvez uma parte aplanada e empedrada²⁹.

No *Mapa das Ruas*, um único lugar da cidade surge com a designação de «Eirado», «um terreno adjacente às casas de habitação», na definição de Leite de Vasconcelos³⁰. Do lado norte, o espaço, de configuração aproximadamente quadrangular, recebe a rua dos Chãos num ponto mediano de inserção; a sul abre-se à vista do castelo. O cruzeiro, ao centro, organiza a referência de enfiamentos. O espaço, o «Eyrado vizinho de Bra-

gaa» conhecido no século XIV, na mesma altura em que está a ser construído o Castelo,³¹ concorre para a centralização da fortificação levantada no ponto de articulação da cidade murada com o domínio público livre exterior, onde convergem as vias de entrada na cidade, de nascente³². O assento de casas organizado em quadra (uma «meia praça» de quartos desfasados) denuncia uma formação urbana regular traçada segundo princípios de desenho de «praça nova».

Por todo um arco de tempo, que pode ser documentado em Braga entre os séculos XVI e XVIII, registam-se designações diferentes para nomear lugares próximos, em espaços de transição fluída³³. Rossio e campo podem coincidir na nomeação de um mesmo espaço público, sobretudo numa fase inicial de urbanização, mas, uma vez estabilizado o nome de Campo, não parece dar-se a reversão de termos. Para um mesmo tempo, tais lugares não se confundem com um largo, e menos ainda com uma praça³⁴.

O uso diferenciado de nomes, como rossio e campo, corresponde à identificação de um quadro de evolução urbana e da (trans)formação dos lugares de domínio público, que tem por base um entendimento da estrutura urbana como um organismo variável, com fases de crescimento e de melhoramento³⁵. Em especial o campo, pelo seu significado ambíguo e ambivalente, figura a experiência de habitar o território e o processo de interpenetração e de englobamento de formas da paisagem rural no domínio urbano.

Já a designação de praça, fora do enquadramento dado pela conotação com a instituição do Concelho, remete para um campo específico de conhecimentos disciplinares e para o uso de um código linguístico próprio. A figura da praça assim nomeada, sobretudo na época moderna, é a praça compreendida como forma urbana desenhada, a praça descrita nos tratados de arquitectura e de arquitectura militar, e a praça conhecida segundo os modelos de praças maiores hispânicas e das praças francesas. Um lugar de traçado geométrico construído com medida, e a encenação da sua imagem urbana.

Precisamente a designação do Campo Novo, como Praça, já em meados do século XVIII (Praça do Gavião³⁶, Praça do Reduto³⁷ e Praça Nova³⁸), representa esse entendimento do código disciplinar que presidiu à sua concepção, enquanto que a permanência do nome de Campo Novo, até ao limiar do século XX, se enquadra na experiência de leitura do lugar em relação com os espaços urbanos da cidade de Braga que compõem a cintura dos Campos.

2 – A POSIÇÃO DO CAMPO NOVO NA MALHA URBANA

Com o pontificado de D. João de Sousa (1696-1703) é dado o mote para o início de uma nova intervenção de melhoramentos da cidade, contada em algumas obras-chave (a sacristia da Sé, a nova igreja da Congregação do Oratório e a reconstrução da igreja de São Vicente). Mas a presença do Arcebispo, em Braga, também poderá estar ligada ao início do reordenamento do campo dos Touros, que parece colher a experiência antecedente de um projecto de Praça Nova elaborado para a cidade do Porto (1687), no tempo em que o mesmo pontífice estivera à frente da diocese portuense³⁹.

A partir de meados de Setecentos, já ali se implantam, frente a frente, sobre os lados menores da nova Praça, as sedes de poder da cidade (o paço arquiépiscopal, na face visível da ala reconstruída por D. José de Bragança, e a nova casa da Câmara); de lado, abrem-se arcadas⁴⁰.

No campo de Santa Ana consolida-se, entretanto, o lugar de nova centralidade englobando os subúrbios da cidade que há muito extravasou os limites dos seus muros⁴¹. No *Mapa das Ruas*, o recorte da imagem que apresenta a cidade centrado sobre o sítio do

castelo e da arcada e a vista para norte condensam a ideia. O novo centro de gravidade deslocou-se relativamente ao sistema de axialidades da cidade medieval, e da cidade antiga que se conservava, por tradição, na ermida de São Sebastião, fora de portas, próximo do fórum da cidade romana⁴². Os percursos das procissões religiosas e rogativas, e de cortejos, em meados do século XVIII, estabelecem as balizas de englobamento do espaço urbano⁴³.

Ora, é no contexto alargado da cidade e dos seus subúrbios, e de uma directriz de centralidade transportada para a arcada e o campo de Santa Ana que se torna possível compreender a abertura do Campo Novo, em 1720. O novo Campo transforma uma antiga passagem de ligação, entre duas vias principais de acesso à cidade, numa encruzilhada que articula, pela sua posição e pelo conjunto de ruas que integra, uma ideia de plano de ordenamento da expansão urbana no quadrante norte-nascente dos subúrbios⁴⁴. O âmbito da intervenção do Campo Novo aponta para uma escala de expansão da cidade que amplia significativamente a área habitada existente, embora com uma densidade de ocupação mais baixa. A operação, que é executada em terrenos pertencentes ao Cabido, reflecte «o interesse e o dinamismo dos cônegos pela propriedade urbana na primeira metade do século XVIII»⁴⁵. A forma de integração dos novos arruamentos traçados com as ruas preexistentes dá origem a uma malha de «quarteirões» largos, aproximadamente regulares, que é favorável a uma divisão de parcelas estreitas e profundas, de largura variável e modulada, constituídas por frentes de edificação contínuas de casas tendencialmente unifamiliares, à face das ruas, e eixidos⁴⁶ na parte posterior da edificação. Esta ocupação tradicional de grandes cidades é tematizada como uma das linhas do projecto urbano, no pombalismo e na cidade oitocentista. A medida da frente dos lotes determina as possibilidades de organização das casas, e a sua consequente diferença de qualidade reflecte-se numa tessitura de ocupação social variada⁴⁷.

O PLANO

A operação do Campo Novo é desencadeada no interior de uns terrenos do Casal dos Chãos⁴⁸. O plano estende-se entre o campo da Vinha, o convento do Carmo e o largo dos Penedos, a poente, e a elevação de Santa Margarida, a nascente. A sul, a área confina com o campo de Santa Ana. A norte, o esquema de «quadrícula» apontado na malha, na distância definida à igreja de São Vicente, a partir da praça central, permanece em aberto: o seu limite provisório encontra o traçado oblíquo da rua dos Chãos de Cima.

Do cimo das torres do Castelo e do alto da capela quinhentista de Santa Margarida, o espaço a urbanizar esplanase à vista para ser traçado e cordeado em articulação com os lugares já habitados. O seu desenvolvimento dá-se no sentido da elevação da encosta, mas numa zona de chãs⁴⁹, de pendente suave, que remata o esmorecimento das vertentes da serra do Carvalho de Este, separando os vales do Cávado e do Este, um afluente do Ave⁵⁰.

Mas a obra do Campo Novo não se limita à fragmentação do quarteirão do Casal dos Chãos para obtenção de terrenos destinados à edificação. Intervenção de carácter inovador em Braga, o Campo Novo surge como a primeira tentativa de ordenamento da expansão da cidade para norte e nascente, segundo uma estratégia que parte da qualificação do sistema de espaço público, para unir pontos de destaque da malha, oferecendo enquadramentos visuais privilegiados sobre a paisagem urbana.

Os arruamentos que se cruzam no Campo estabelecem dois vectores de movimento que se caracterizam por possuírem origem no Campo de Santa Ana e no Largo dos Penedos e por se orientarem, nos sentidos sul-norte e poente-nascente, em direcção à

torre da Igreja de S. Vicente⁵¹ e à frontaria da Capela de Nossa Senhora da Guadalupe, no cimo do monte de Santa Margarida, respectivamente.

Assim, o enquadramento do plano surge ancorado em quatro pontos significativos externos constituídos por edificações religiosas que se avistam no enfiamento das quatro ruas principais: a Igreja de São Vicente, em relação com a Rua da Oliveira; o Convento de Carmo, além do largo dos Penedos, em relação com a Rua de Santo André; a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe⁵², em relação com a rua de seu nome, e o recolhimento das Convertidas de Santa Maria Madalena, que tomou o lugar da antiga Capela de São Gonçalo, no início da rua homónima.

Segundo os vectores do plano, o esqueleto da proposta define-se por quatro pontos, que unidos definem os eixos das ruas, no ponto de confluência dos quais se define o centro do Campo: o primeiro ponto, a sul, localiza-se na esquina oposta ao Recolhimento das Convertidas (também em construção quando da abertura do Campo)⁵³; o segundo, a norte, corresponde à torre da Igreja de S. Vicente; o terceiro, a poente, coincide com o centro do lote fronteiro à Rua do Carvalhal, no sentido de lhe dar continuidade; e o quarto, no extremo nascente, encontra-se sobre o ponto médio da frontaria da Capela de Nossa Senhora da Guadalupe.

Ao contrário do que acontece nos outros campos da cidade, a praça, em si, e as ruas adjacentes destinam-se a um programa de habitação de vizinhança de bairro. Apenas mais tarde, irá estabelecer-se, a meio da Rua da Oliveira, um novo convento de religiosas Carmelitas Descalças de Santa Teresa (1778)⁵⁴, que reforça a presença de edificações religiosas num eixo norte-sul. Já o eixo poente-nascente mantém-se definido apenas pelos seus extremos. Principia no convento de Nossa Senhora do Carmo e culmina na Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

Entender o Campo Novo passa, então, por compreender o significado de cada um destes espaços urbanos e, sobretudo, por entender a relação indissociável entre a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe e o complexo urbano em questão, obras de construção simultânea. De facto, apresenta potencial para a transformação da cidade a uma escala mais alargada: lança-se a possibilidade da abertura de um novo eixo de expansão urbana, sensivelmente paralelo ao importante eixo Rua do Souto – Campo de Santa Ana, rematado a nascente pelo Monte de Santa Margarida e pontuado por diferentes alargamentos do espaço rua, que assinalam o cruzamento do eixo poente/nascente, com outros, de menor extensão, que lhe são perpendiculares, o largo frente à Igreja do Carmo, o Largo dos Penedos e o Campo Novo.

O PROJECTO DO CAMPO

O plano caracteriza-se e distingue-se da restante malha urbana bracarense, pela regularidade do seu traçado, homogeneidade das suas fachadas e pela unidade de todo o conjunto. Um projecto unitário define a construção espacial da praça, através da caracterização das suas fachadas e dos lotes que por detrás delas se organizam em relação com o traçado das quatro ruas que do exterior lhe dão acesso.

O Campo possui a forma de um quadrilátero irregular, próximo de um rectângulo, cujas diagonais coincidem com os eixos das ruas acima descritos. Deste modo, as ruas penetram o Campo nos seus vértices, anulando-os. Tal permite, por um lado, o dilatar do espaço interno do Campo, fundindo-o e prolongando-o pelo espaço das ruas. Mas por outro lado, a partir de uma posição estável, nas frentes das casas, o espaço do

Campo lê-se fechado e de ambiente interiorizado. A vista dos quatro lados da praça articula-se com a continuidade de perspectiva das fachadas das ruas em escorço, fechando os vértices do campo.

O Campo ganha a forma de polígono octogonal, onde os lados maiores fronteiros possuem dimensões aproximadas. Em relação de proporção com os lados do Campo, as ruas, dentro do mesmo vector de movimento, foram desenhadas com perfis distintos, correspondendo ora a um oitavo ora a um sétimo do lado, conforme a posição que ocupam no Campo e o elemento que enquadram e ao qual dão acesso.

Assim, a rua aumenta de perfil em direcção à Igreja de S. Vicente e diminui de calibre em direcção à Capela de Nossa Senhora da Guadalupe, o que gera diferentes efeitos perspécticos, de acordo com o significado atribuído a cada um dos dois edifícios religiosos – a primeira, igreja paroquial, de utilização diária; a segunda, capela de peregrinação, de utilização eventual. O aumento do perfil da rua que permite a articulação entre o Campo e a Igreja de São Vicente dilata o espaço de rua, aproximando visualmente a Igreja do Campo e acentuando a sua presença de vizinhança. Por oposição, verifica-se que a diminuição do calibre de rua afasta visualmente a Capela de Nossa Senhora da Guadalupe do Campo, dramatizando o caminho de subida ao monte que se fazia por uma longa escadaria de acesso.

Ainda no que se refere ao dimensionamento dos espaços de circulação, será de assinalar que, sendo as ruas abertas pela supressão de um único lote do perímetro do quarteirão, elas apresentam um perfil de menor dimensão nos seus extremos, que aumenta a partir do momento em que se ultrapassam os limites do lote, em direcção ao Campo. Tal gera a sensação de maior proximidade ao campo para quem chega e de um maior afastamento das saídas para quem o abandona.

AS FACHADAS E O PARCELAMENTO

Como projecto unitário, o desenho dos alçados encontra-se em plena relação com o traçado do plano do chão do Campo, caracterizando-se pelo seu carácter homogéneo e unitário, que anula qualquer eventual sinal de diferenciação. Semelhante em todos os lados do Campo, poderá falar-se de uma fachada tipo, cujos elementos estruturantes se repetem de lado para lado, variando apenas o modo como os vãos se distribuem ao longo das diferentes fachadas de dois estratos. Cada uma das quatro fachadas do Campo Novo surge enquadrada por pilastras nos cunhais, que viram na esquina das ruas. Os seus estratos são estruturados por meio de elementos horizontais contínuos, frisos e cachorros, na separação de pisos, e entablamento de modenatura clássica.

Para a unidade da composição contribui também a manutenção de uma tipologia preestabelecida de vãos, tanto para o primeiro como para o segundo nível. Assim, ao longo do nível superior alinham-se vãos de sacada, enquanto que no inferior se sucedem alternadamente dois diferentes vãos de portas, pontuando essencialmente as janelas os pontos extremos da fachada, junto aos cunhais; o conjunto unificado pelo reboco dos paramentos dos alçados e pelo granito aplicado nos elementos que apresentam a ossatura clássica (pilastras, frisos e cachorros, entablamentos e molduras).

Como forma de garantir a coerência altimétrica do conjunto, todos os alçados são gerados a partir da linha de intersecção do plano da fachada com o plano que contém a bissectriz dos eixos das ruas que penetram o Campo. Sobre esta linha central, lançam-se, em cada lado, as alturas dos diferentes elementos horizontais de friso e cornija, o que garante

que a distância entre o friso e a cornija é constante em toda a volta do Campo, variando a distância do friso ao plano de terra, em função da inclinação do terreno de implantação. Sendo o terreno inclinado, vertendo para sudoeste, não existe uma cota de beiral única.

Parece possível colocar a hipótese de que em consonância com a valorização do enfiamento em direcção à Capela de Nossa Senhora da Guadalupe, proposta pelo desenho do plano do chão, o mesmo tenha sido, numa primeira fase, procurado ao nível da composição dos alçados e do esquema base de loteamento. Tal seria conseguido, por um lado, pela fixação de um esquema de distribuição de vãos que variava de alçado para alçado, conforme a sua localização no Campo e, consequentemente, o efeito perspectico que se procurava criar, sendo por isso independente da distribuição interior das habitações. Por outro lado, ao nível do loteamento e em paralelo com o desenho dos alçados, fixava-se a obrigatoriedade do seu esquema ser gerado a partir do ponto central de cada lado do Campo, de modo a que nos lados adjacentes a Guadalupe, ao centro da fachada correspondesse o ponto médio de um lote, enquanto nos outros dois lados, ao centro correspondia uma linha divisória de lote, o que possibilitava, no primeiro caso a abertura de um vão ao centro do alçado.

Ainda relativamente ao loteamento, a partir da peça central definiam-se os restantes lotes com uma medida padrão de seis varas, sendo os dos extremos porções sobran-tes, de menor dimensão.

Apesar do que acima foi dito, é interessante pensar a intervenção urbanística do Campo Novo como intervenção que concilia a definição de um plano de execução ao nível do espaço público, com a definição de um conjunto de regras que regulam a edificação futura, condicionando os esquemas de alçado e o modelo de loteamento. Isto significa que o plano previa que depois de aberto o Campo, os arruamentos, e definidos os limites da edificação, através da localização da base dos cunhais, se seguiria a edificação fragmentada no tempo, em função dos prazos que iam sendo celebrados. Estes poderiam corresponder ao aforamento de apenas um ou de vários lotes, que anexados, muitas vezes eram de novo e segundo uma nova ordem subdivididos, para só depois serem edificados. Em 1750, segundo o *Mapa das Ruas*, a tomada de lotes nas ruas laterais ia adiantada, mas as frentes da praça ainda estavam por edificar, com excepção de um dos lados menos favorecidos, do ponto de vista da exposição solar e da apresentação das fachadas relativamente aos percursos urbanos na zona⁵⁵.

Independentemente do lote e em consequência da tipologia interior da habitação, as regras fixadas, a par da sua eficiente administração, conduzem a que, embora possivelmente deturpado o esquema de distribuição original dos vãos, o conjunto mantenha a sua unidade e coerência.

Assim, torna-se possível, numa leitura atenta, identificar os diferentes conjuntos que ao longo do tempo foram sendo edificados: o ritmo das aberturas, determinado pela lógica interna das habitações, denuncia o limite de cada intervenção, confirmado pela ligeira variação da forma e dimensão dos cachorros, cornijas e gradeamentos, a que se associam ligeiras diferenças nas dimensões dos vãos e consequentemente dos elementos de cantaria que os contornam.

3 – UM PLANO DE MELHORAMENTOS SETECENTISTA

O plano unitário de fachadas para as frentes do Campo Novo terá sido concebido em conjunto com o projecto de abertura da praça. A ideia da vista de uma praça desempedida, enquadrada por uma composição de planos de fachadas anuncia um novo

entendimento do espaço urbano da cidade, que irá consolidar-se com as intervenções realizadas por D. Gaspar de Bragança. No pontificado deste arcebispo, efectua-se o nivelamento do espaço de praça do Campo Novo⁵⁶, que implica a demarcação dos arruamentos que a marginam, nos quatro lados, e a definição dos muros de suporte e escadas que conformam a plataforma central. No lado mais destacado da praça coloca-se uma fonte que serve o abastecimento de água do bairro⁵⁷.

Entretanto, no campo da Vinha procede-se à demolição da ermida quinhentista com a cisterna, e desfazem-se os terraços que resolviam os desníveis do terreno. Também no campo de Santa Ana é demolida, em 1768, a capela que lhe deu o nome, ao mesmo tempo que se levanta a Capela de Nossa Senhora da Lapa⁵⁸ próximo da torre de menagem do castelo, ao centro da arcada que preenche a frente entre os bastiões circulares. Deste modo, reforça-se a leitura desimpedida das novas fachadas de arquitectura religiosa e civil que envolvem e axializam o espaço urbano⁵⁹. Os marcos miliários são recolhidos no Passeio das Carvalheiras, junto da ermida de São Sebastião; e surgem as primeiras petições que reclamam a transferência de quatro cruzeiros que pontuam o campo até à Igreja de Nossa Senhora Branca⁶⁰. Apenas permanecem e mesmo são colocados novos chafarizes nos campos da cidade⁶¹. Este conjunto de intervenções, de inspiração «pombalina», encontra o seu enquadramento num plano de melhoramentos elaborado por iniciativa da Câmara e do Juiz de Fora, que o Arcebispo defere em 1769⁶².

O plano de melhoramentos denota um interesse pela regularidade de alinhamentos dos chãos, na interface entre o público e o privado, e a vista do espaço de praças e arruamentos. Esse interesse decorre de uma prática de intervir de diferentes modos no tecido urbano, pelo desenvolvimento arruado de traçado orgânico, nas áreas periurbanas; pelo entalhe de novos eixos e passagens, na estrutura preexistente da cidade entre muros; pela regulação de frentes de edificação, no Bairro das Travessas (a formação reticulada de origem romana); e por meio de obras públicas (espaços e edificações) que desenham pontos nodais da cidade, com base em princípios de proporção e perspectiva.

RELAÇÕES DE MEDIDA E PROPORÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS

A variação de largura dos arruamentos que desembocam no Campo Novo retoma a experiência de composição das ruas do Souto e de D. Diogo de Sousa. A largura dos dois arruamentos é menor junto às portas da muralha, e aumenta no ponto onde se encontram. Assim, a vista do eixo de atravessamento urbano alonga-se na direcção das saídas da cidade; em sentido inverso, dá-se um efeito de abertura e amplitude na aproximação ao centro, junto à Sé e ao paço dos Arcebispos⁶³.

Além disso, os espaços públicos desenham relações de proporção entre si. A medida do lado da praça do Campo Novo duplica aproximadamente a dimensão correspondente do largo do paço dos Arcebispos⁶⁴; enquanto que a medida dos lados do Terreiro dos Evangelistas, aberto no santuário de Bom Jesus do Monte a partir de 1750, forma o termo intermédio da série⁶⁵. A concepção do terreiro constitui uma variação sobre o tema da praça urbana: o espaço, com a configuração de um quadrilátero, liga-se ao santuário por um pequeno escadório e uma entrada aberta num dos vértices, sendo os restantes vértices tomados por três capelas; nos lados dispõem-se quatro fontes⁶⁶.

Uma outra forma de relação entre espaços urbanos estabelece-se a partir da dimensão dos lados do Campo Novo, que é aproximada a uma medida de largura média referenciada nos campos dos Touros e das Hortas, de configuração alongada, e no pro-

jecto da Praça Nova do Porto que mandavam fazer em 1687. Por tais meios se procurava corresponder a escala dos espaços, entre si, e conformar a simetria da cidade, em sentido virtruviano, desenhando a sua formosura como uma consonância das partes.

O CAMPO E A CAPELA, DESENHO DE UM SANTUÁRIO URBANO BARROCO

A ausência de marcação simbólica religiosa, no Campo Novo e nos arrumentos que conformam a directriz poente-nascente do plano, e a relação intuída entre o Campo e o Terreiro dos Evangelistas explicam o sentido do aparente esvaziamento de sinais do primeiro destes espaços. Para quem percorre as ruas que ali se cruzam, o campo surge como grande átrio de confluência, a que se segue, pelo artifício da organização do espaço e da composição das frentes da praça, a orientação principal na direcção da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

Em 1750, a Rua de Nossa Senhora de Guadalupe ainda não estava pavimentada. A representação notada no *Mapa de Ruas* mostra uma pendente acentuada, sucedendo-se os desníveis na frente das casas. Mais tarde constroem-se os lances de uma escadaria.

Em 1760 é contratada uma obra de três arcos que ia «menceonada na planta» e que havia de ser feita «na entrada da primeira escada da dita capela»⁶⁷. Estes arcos localizavam-se no caminho da Igreja de Nossa Senhora a Branca para a capela, correspondendo a um outro percurso de aproximação. Assim se clarifica a ideia que presidiu à composição do plano do Campo Novo e que justifica a reconstrução coetânea da antiga Capela de Santa Margarida com uma nova dedicação.

A subida ao monte formaliza-se com o sentido grave de uma ascensão. E a Capela de Guadalupe surge como um santuário, no alto. Um lugar sagrado elevado no limiar da cidade. A sua posição, na vista do bairro, tem um sentido de abrigo. Nossa Senhora guardando com o seu manto de Misericórdia as famílias da vizinhança.

Mas também, a subida ao monte oferece um lugar de passeio e de espairecer no adro, que se alarga a um olival debruçado sobre a cidade e as serras, a paisagem do Bom Jesus do Monte e de outros altos sacralizados⁶⁸. A alameda do olival⁶⁹, como lugar de passeio, e a Praça Nova, como obra urbana de definição acentuadamente arquitectónica, completam-se enquanto espaços de usos diferenciados.

A DEBILITAÇÃO DA IDEIA DA OBRA DO CAMPO NOVO

O final de Setecentos marca o ponto de viragem. Com o século a declinar, extingue-se o ambiente de corte, de festa e de fausto dos dois príncipes régios que tinham precedido o novo arcebispo à frente da diocese de Braga. O pontificado de D. Frei Caetano Brandão (1790-1805) coincide com profundas alterações de poder e da sociedade, que o arcebispo acentua com o seu modo de «pobre Fradinho»⁷⁰. O novo Pastor da Igreja organiza os estudos do clero e da sociedade civil, e reforça a assistência social e hospitalar aos desvalidos e órfãos. A convocação de uma primeira exposição agrícola e industrial de Braga, em 1792, mostra o comprometimento do prelado com os ideais do progresso, do fomento económico e social do trabalho rural e manufactureiro.

Com o liberalismo e a extinção das ordens religiosas, e a entrada dos conventos na propriedade pública ou privada, esbate-se a posição da Igreja na condução da vida da cidade. As obras pias de caridade e solidariedade social reforçam-se, mas são assumidas

pela sociedade civil, guardando as instituições eclesiásticas uma forma mediada de intervenção, através do enquadramento da acção particular individual e comunitária.

Seria preciso lembrar a visita de D. Pedro V, a Braga, em 1861, para compreender de que modo, através da intensa acção social a que se dedica a sociedade bracarense, em pleno Romantismo, a cidade encontra um equilíbrio na continuidade de fidelidade à sua Igreja, e uma pacificação, no encontro com a figura régia do jovem rei. A sua infortunada morte, pouco tempo depois, precipita a fundação de novos institutos assistenciais em sua memória, ao mesmo tempo que mobiliza a vontade dos cidadãos para o levantamento de uma estátua em sua homenagem. A figura do rei toma um lugar central no Campo de Santa Ana, no enfiamento de vistas da Rua de São Gonçalo e do espaço que era já compreendido como Praça Nova.

Por esse tempo, no Campo de Santa Ana – a «melhor e mais vistosa praça» da cidade que «ainda em todo o Reino he difficil descobrir outra semelhante»⁷¹ –, conclui-se uma profunda transformação do espaço, de sinal novo, com a encenação paisagística de um Jardim e Passeio Público, a partir de 1857, e a construção dos edifícios de referência da nova sociedade burguesa e industrial, o Banco do Minho (1863) e o teatro São Geraldo (1857-1861). O Liceu e a Biblioteca instalam-se no convento dos Congregados; na Arcada abre o café Viana (1858); e pelo campo passa a «linha americana» que chega ao santuário de Bom Jesus do Monte.

Também o espaço do Campo Novo se altera. Acolhe um jardim e um espelho de água, num pálido reflexo de um novo entendimento dos lugares urbanos públicos tornados recipientes de actividades sociais e lúdicas que ocupam o espaço, revertendo o desimpedimento de vistas alcançado em Setecentos. O lago com repuxo toma o centro, debilitando o modo como se faziam sentir as directrizes de enfiamentos externos. E num dos lados da praça, na frente de maior visibilidade que entesta a vista das duas ruas principais de entrada no espaço, levanta-se, em 1871, a casa grande do conde de Carcavelos que foi governador civil⁷². A obra particular rompe a composição unitária do conjunto, «quebrando a monotonia» no dizer da época⁷³.

Com o advento da República, torna-se visível de que modo a cidade perde, do ponto de vista público e das comunidades, os fundamentos do princípio de centralidade que tinham justificado a construção medieval da urbe referida à Sé e às Instituições da Igreja, e sustentavam a continuidade da sua edificação, nos séculos da época moderna.

No universo de representação partilhada de poderes no espaço da cidade, a movimentação do Arcebispo, na pessoa de D. Manuel Baptista da Cunha (1899-1913), e da estátua do rei D. Pedro V traça o rasto das instituições em crise e da sua destituição.

Com a incorporação dos bens da igreja pela República nos Bens nacionais, o arcebispo é intimado a abandonar o paço. Por uns tempos, antes de lhe ser imposta uma pena de desterro para fora do distrito de Braga, por afrontar o novo regime no início de 1912⁷⁴, recolhe-se ao Campo Novo, onde habita numa casa de renda⁷⁵.

No Campo de Santa Ana, onde se dispunham as peças significativa da história e da actualidade de poderes e valores da cidade oitocentista, começa a recomposição da sua directriz principal. No eixo poente-nascente, que alinha o castelo e a arcada, resguardando a Capela de Nossa Senhora da Lapa e o café, lado a lado, o Passeio Público e a estátua de D. Pedro V, e a Igreja de Nossa Senhora a Branca, desaparecem alguns pontos de referência maiores. O Castelo e o Passeio Público são demolidos. E a figura de D. Pedro V, cuja posição retinha um projecto de transformação do Passeio romântico em alameda pública, ainda do tempo da monarquia, cede o passo à Avenida Central que rompe o campo e dá o novo nome ao espaço.

Em 1914, a estátua do rei, despromovida do seu lugar eminente, também ela se retira para o Campo Novo, nessa altura já uma praça em homenagem a Mouzinho de Albuquerque⁷⁶. O sentido do espaço fecha-se sobre a memória dos acontecimentos políticos e militares da crise de Oitocentos. O novo ordenamento centralizado pelo monumento acrescenta o significado de praça real.

A praça com a estátua no meio, obliterando a leitura de enfiamentos, e o cruzamento de eixos, já sem a escadaria da Rua de Nossa Senhora de Guadalupe, tornaram-se, desde então, a imagem corrente do lugar. Figura de um espaço que a cidade deixou de compreender, e destituiu da complexidade e subtilidade de significações religiosas ideadas no projecto do mecenato dos Arcebispos, Senhores da cidade de Braga.

NOTAS

¹ O texto toma por base e desenvolve conclusões de um estudo do Campo Novo e levantamento realizados por Ana Cristina Silva, Maria de Fátima Castro, Jessica de Sousa, Paula Nunes e Sílvia Ramos, em 2005/2006, sob orientação de Marta Oliveira, no âmbito da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa, do curso de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

² A preeminência da igreja bracarense nas Espanhas era disputada pelo arcebispado de Toledo, como aconteceu no Incidente suscitado no Concílio de Trento, no ano de 1561.

³ A. M. Hespanha, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal – séc. XVII*, Coimbra 1994: 430.

⁴ J. L. de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, 10 vols., Lisboa, 1933-1985, vol. II: 471.

⁵ Inclusive, o arcebispo D. Furtado de Mendonça (1619-1627) exerce, durante alguns anos, o cargo de Governador das Armas do Minho, tendo para o efeito residido em Viana do Castelo. J. A. Ferreira, *Rastos Episcopos da Igreja Primacial de Braga*, 4 vols., Famacão 1928-1935, tomo III, p. 140.

⁶ Sobre a acção mecenática de D. Diogo de Sousa, ver R. Maurício, *O mecenato de D. Diogo de Sousa arcebispo de Braga: 1505-1532. Urbanismo e Arquitectura*, 2 vols., Leiria, 2000.

⁷ Conta-se que D. João III terá perguntado, um dia, a D. Diogo de Sousa qual o motivo de não aparecer na corte, e que o prelado respondeu: «é porque estou fazendo de um palheiro, que Vossa Alteza me deu, uma cidade» (Vasconcelos 1933-1985, vol. II: 476).

⁸ Por encomenda de D. Diogo de Sousa, André de Resende escreve um poema com mais de trezentos versos sobre a fundação da cidade, *De Bracaensis urbis antiquitate et laudibus* (Ferreira 1928-1935, tomo II: 404, n.º 2).

⁹ D. Diogo de Sousa manda recolher os marcos miliários em toda a província. No século XVIII, D. Rodrigo de Moura Teles faz reparar os marcos, acrescentando um de novo (Thadim, «Memórias de Braga», cit. Ferreira 1928-1935, tomo III: 268).

¹⁰ Numa planta do campo de Santa Ana, do século XVIII, a ermida (demolida em 1769) é identificada pelo nome de «Bom Jesus de Santa Ana», denotando a ligação com o caminho de peregrinação ao santuário. Cf. M. Teixeira e M. Valla, *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*, Lisboa 1999: 119, gravura 26. A ermida de Santa Cruz, no sítio do santuário de Bom Jesus do Monte, beneficia de obras em 1494, no tempo do arcebispo de Braga D. Jorge da Costa (1486-1501), irmão do cardeal Alpedrinha; em 1522, é reedificada.

¹¹ A fig. 1 inclui, em fundo branco, uma interpretação do espaço dos Campos da cidade, que se cruza com o registo da posição das legendas dos lugares urbanos e respectiva designação, segundo o *Mapa das ruas de Braga* (1750), Braga 1989.

¹² Em 1500, D. Manuel determina, por Carta Régia de 16 de Dezembro, «que em volta da cidade e contíguo ás muralhas, se abra um rocio comum, da largura de 2 tiros de bésta, onde os gados e animais de carga, que vêm á cidade, se possam accomodar» (Costa Lobo, *História da sociedade*, p. 117, cit. Vasconcelos, 1933-1985, vol. II, p. 343).

¹³ Sobre o rossio, escreve Leite de Vasconcelos: «O etimo de rossio ou resio não está ainda dado. Penso dever buscá-lo no adjectivo lat. *residuus* «remanescente», [...] A história de resio ou rossio em português mostra que a palavra significou sucessivamente «baldo», isto é, o que resta por cultivar, ou fica para trás ou fóra de terreno cultivado..., e terreno que está para trás ou fóra de povoação, ou que está para trás ou fóra da casa que se habita: adjectivo que se substantivou» (Vasconcelos 1933-1985, vol. II, p. 345). Notar os significados que tomou a palavra Campo do lat. *Campus* – «llanura», «terreno extenso fuera de poblado» –, com uma primeira documentação em 931. O seu sentido original não era agrícola. A esse, correspondia a palavra latina *Ager* como «espacio de tierra limitado que se labra». O emprego de *Campus* com este sentido «resulta de una innovación romance, por lo demás común a todas las lenguas neolatinas, y que ya aparece en el latín de la decadencia» (J. Corominas, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid 1980-1983, vol. III, p. 621). Leite de Vasconcelos aponta os sentidos que tomou a palavra 'campo', a que se liga a ideia de «planura» (em latim *campus*), campina, páramo. (1) «Campo de cultura, e propriedade rustica em geral» (2) *Campo* ou território mais ou menos extenso, que póde ter vizinha ou por centro uma povoação» (3) «*Campo* como designativa de terrenos marginaes de um rio, quando planos e proprios para cultura» (Vasconcelos, 1933-1985, vol. III: pp. 344-352; 770).

¹⁴ Ver, por exemplo, a descrição de lugares e espaços públicos da cidade de Guimarães (A. C. da Costa, *Corografia portuguesa, e descriçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, 2.ª ed. Braga, 1868-1869, vol. I: pp. 45-52).

¹⁵ Notar, na descrição, a passagem de rossio a campo: ««Primeiramente mandou fazer o Resjo de sanctana o qual era todo cheo de vinhas e arvores, nem hy mais espaço nem campo sahindo da Porta do Souto pera Sancta maria a Branca ... e meteo tudo neste Resjo de Sancta ana e no dito padrão pera diante allargou aquelle campo atee Nosso senhora.» («Memorial das Obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer» [1532-1565], Maurício 2000, vol. II: 298). O sentido de urbanização, associado ao Campo, compreende-se por antinomia do significado «descampado». Em Braga, existiu dentro de muros o campo dos Touros, actual praça do Município. O seu englobamento no perímetro da muralha poderá ter ocorrido apenas com a finaliza-

ção da cerca fernandina. Anteriormente, o sítio do campo seria um subúrbio do bairro das travessas e da Sé, que formava o núcleo da cidade romana cristalizada, após o retraimento, na cidade medieval. Para a sequência das cercas do Baixo Império e (alto-)medieval/XIII, ver F. Lemos, J. M. Leite e L. F. Fontes, «A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga», *Simpósio Internacional sobre Castelos, Palmela, 2000, Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas*, Lisboa, 2002, pp. 121-132.

¹⁶ A rede de estradas que convergia em Braga englobava as vias XVI Lisboa-Braga (SW); XVII Mérida-Braga, por Viseu (S) e Braga-Astorga, por Chaves (E); XVIII pela província de Orense (NE); XIX-XX Braga-Lugo (NO, pelo interior e *per loca marítima*, respectivamente, a partir de Tuy para norte). O bispado de Astorga sempre foi um dos sufragâneos da metrópole de Braga até ao século XV, quando o Papa Martinho V concedeu a separação e a anexação de Astorga a Compostela, no fim do Cisma do Ocidente (A. Quintana Prieto, «El obispado de Astorga, sufragáneo de Braga», *Congreso Internacional [do] Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, 9, Braga, 1990 – *IX Centenário da dedicação da Sé de Braga: actas*, 3 vols., Braga, 1990, vol. I: 581). A importância e continuidade das ligações de Braga ao interior da Península Ibérica, em especial, à região norte de Portugal, explicam-se também pelo facto de, até ao século XVI, o espaço da arquidiocese englobar a totalidade da província de Trás-os-Montes. Com a criação da diocese de Miranda do Douro (1545), em tempo de *Sede vacante*, a arquidiocese de Braga perde a faixa de territórios do Nordeste raiano.

¹⁷ Em particular, os caminhos do litoral que ligam a cidade a Vila do Conde, Barcelos e Viana, e Ponte de Lima. Ver *Mapa da Província D'Entre Douro e Minho, com o Quadro da sua população dividida em classes e outras particularidades Económico-Políticas: completado no anno de 1798 Por Custódio Jozé Gomes de Villasboas [...]* (M. C. Costa, «A Comarca de Guimarães – séculos XVI a XVIII», *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães 1979 – Actas Volume III Comunicações*, Guimarães 1980-1982, pp. 387-436, fig.: 400-401).

¹⁸ No primeiro caso estão os Campos da Vinha, de São Sebastião e de Santiago; no segundo caso, os Campos de Santa Ana, das Hortas e dos Remédios (junto ao hospital de São João Marcos). O Campo dos Remédios deve o seu nome ao Convento de Nossa Senhora dos Remédios, Piedade e Madre de Deus (1547), fundado por D. Manuel de Sousa (1545-1549), mas a sua sistematização remonta ao tempo de D. Diogo de Sousa.

¹⁹ No Campo da Vinha de Santa Eufémia, incorporado no domínio público por D. Diogo de Sousa, implanta-se uma pequena ermida de Nossa Senhora do Amparo, que incorpora no chão da sacristia um reservatório de água (XVI, demolida em 1769). A cruzar espaço urbano, distribuem-se: do lado sul, fora da cerca, o Seminário de São Pedro (1571/1572) e o Recolhimento das Beatas de Santo António (1588) (no século XVIII, junta-se o colégio dos Órfãos de São Caetano, da praça do Município, que volta para o campo a sua fachada posterior); a poente, o Convento de Nossa Senhora do Pópulo, dos Eremitas de Santo Agostinho (1596); a norte, o convento do Salvador que acolhe as freiras beneditinas de Vitorino das Donas (Ponte de Lima), no pontificado de D. Frei Agostinho de Jesus (1590-1609) (a intenção de as trazer para a cidade já vinha do tempo de D. Diogo de Sousa); e a nordeste, o hospício dos Beneditinos de Tibães.

²⁰ No Campo de Santa Ana, a cruzar espaço, distribuem-se: a norte, talvez fundada por D. Jorge da Costa, a ermida de São Bartolomeu, depois Capela de São Gonçalo (a confraria de 1601) (Ferreira 1928-1935, tomo II: 347), e o Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas, fundado em 1720, que se apropria do lugar daquela antiga ermida; a nascente, a Igreja de Santa Maria a Branca, cuja fundação remonta ao primeiro quarto do século XIV; a sul o recolhimento das Beatas Capuchas (1652), depois Convento de Nossa Senhora da Conceição da Penha de França (1720) e a casa da Congregação do Oratório de São Filipe de Nery (1687); e a poente, na frente do Castelo e no centro da arcada, a Capela de Nossa Senhora da Lapa (1761).

²¹ A ermida de São Sebastião inverte a sua orientação, e volta o frontespício para a cidade, nas obras de reconstrução de 1715-1717.

²² Referenciam-se a esse alinhamento: a norte, no Campo da Vinha, o Convento do Salvador, o Seminário de São Pedro e o Recolhimento de Santo António das Beatas; dentro de muros, uma primeira capela dedicada à Virgem da Nazaré (1546), que se situava dentro da quinta do paço arquiépiscopal, a Capela de Santo António construída antes do meio do século XVI, a Misericórdia (1562), a Sé com as suas capelas anexas, e, junto da porta de Santiago, os Estudos Públicos fundados por D. Diogo de Sousa e ampliados, em 1539, pelo arcebispo Cardeal Infante D. Henrique (1533-1540), a antiga Capela de São Paulo, o colégio de São Paulo, da Companhia de Jesus (depois Seminário de São Pedro e São Paulo), fundação de Beato Bartolomeu dos Mártires (1561) e a Capela de Nossa Senhora da Torre, numa das torres da muralha; fora de muros, na rua dos Pelames (a estrada para sul), o Convento de Nossa Senhora da Conceição (1625).

²³ Contar-se-iam a Porta Nova com a figura da cidade postada sobre o arco a partir de 1772, a nova Câmara e o paço arquiépiscopal que se implantam a entestar a praça do Município, o Castelo, o Aljube, a Alfândega e o Pelourinho no terreiro fronteiro (em 1844, o pelourinho muda para o campo dos Touros). Seria importante notar que, a nascente, este eixo encontra um remate eminente no santuário de Bom Jesus do Monte.

²⁴ O prolongamento da Rua do Souto através da Rua Nova de Sousa, aberta por D. Diogo de Sousa, clarificou o atravessamento da cidade no sentido nascente-poente. Ao mesmo arcebispo se deve uma ligação norte-sul crucial para resolver a passagem entre a Rua de Maximinos, à frente da Sé (a praça do Pão e do Paço do Concelho), e a Rua do Souto (incluindo a via que a prolongou), que separa os domínios da catedral e do paço arquiépiscopal. A nova rua travessa passa a fazer parte integrante dos circuitos de procissão e cortejos mais importantes da cidade. Com um ligeiro desfazamento será aberta para norte, ainda em Quinhentos, uma outra rua frente à Misericórdia que viabiliza a passagem ao campo dos Touros, com continuidade para o campo da Vinha, pelo postigo de Santo António.

²⁵ «Pode-se assinalar ainda um «eixo espiritual» unindo Igreja e Cemitério, situado fora da área urbana mas rigorosamente alinhado pela Igreja. Perpendicular a ele e à directriz (consubstanciada na Baixa-Mar) fica o «eixo do poder». Compõe-no o Quartel, o Obelisco, a Câmara e a Alfândega, ponto de encontro da directriz com este eixo principal.» (J. E. Correia, *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*, 2.^a ed. Porto, 1997, p. 126).

²⁶ No *Mapa das Ruas* é feito o reconhecimento da Praça do Pão, no sítio onde se implantam os paços de Concelho quinhentistas, junto da Sé (f. 3, 4, 14, 16 e 22) e da Pracinha (f. 2) ou «Rexio da Praça» (f. 23, 24), no sítio dos Açougues mandados levantar por D. Diogo de Sousa.

²⁷ No *Mapa das Ruas* não há referência a largos. Certos projectos de vilas do Brasil, da segunda metade do século XVIII, conservam a distinção de praça e largo na legenda dos desenhos. Mesmo que de configuração semelhante, o espaço público da Câmara é uma praça, e o da Matriz um largo: por exemplo, os mapas de Vila Viçosa (praça e adro), Portalegre e Alcobaca, do Estado da Baía. Se a Matriz e a Câmara coincidem, o espaço é uma praça. Beato Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga, recorreu à imagem do Largo para significar um sentido de amplitude: «Quem a tem [a caridade] no coração e nos

costumes, pode dizer com David: – *Eu vi o fim de toda a perfeição, scilicet, o largo mandamento da caridade. Chama-se o largo porque alarga o coração para todas e o enche de alegria e confiança. É também largo, como diz um Santo, porque é cousa fácil andar por ele, assim como andar por caminho largo. E, por isso mesmo, dizia David – Senhor, Vós pusestes meus pés em lugar espaçoso.*» (Beato Bartolomeu dos Mártires, *Catecismo ou doutrina cristã e práticas espirituais* [1564], *Antologia de Espirituais Portugueses*, [Lisboa] 1994, p. 143).

²⁸ No *Mapa das Ruas*, são identificados os terreiros das Igrejas de Nossa Senhora a Branca e de São Lázaro; e os terreiros de Santo António, da Capela de São Sebastião, do Colégio de São Paulo e do Castelo.

²⁹ O «Terreiro de N. S. a Branca», que poderia ser um espaço pavimentado, situa-se frente a uma correnteza de casas, entre a «Calçada de N. S. a Branca» e o lugar da igreja (*Mapa das Ruas*, f. 42). O «Terreiro da Praça do Pão» e «Terreiro dos Passos Arsebispaes» são citados em documentos notariais relativos à contratação de obras, de finais do século XVII (M. J. M. da Rocha, *A capela de Santa Madalena do Monte da Fulperra, de Braga, à luz da documentação notarial*, Porto 1990, Apêndice Documental, docs. I-VII).

³⁰ O topónimo «Eirado» é recolhido por Leite de Vasconcelos na freguesia de Fragoso do concelho de Barcelos (1933-1985, vol. II, p. 305). «Eyrado» no *Mapa das Ruas* (f. 44, 45). Ver, também, *Nova BRACARAE AVGUSTE descriptio*, de Georgio Braunio (1594); *MAPPÁ DA CIDADE DE BRAGA PRIMAS*; e [Braga] *CAMPO DE SANCTA ANNA* (século XVIII) (Teixeira e Valla, 1999 pp. 117-119).

³¹ O lugar de «Eyrado vezinho de Bragaa» e «Eirado» é citado em documentos notariais da Confraria de São João do Souto, de 1317 e 1323 e 1330, respectivamente (J. Marques, *Braga Medieval*, Braga, 1983: 185, 197, 200). A primeira referência documental ao Castelo data de 1315; a sua construção segue a par com o alargamento da cerca urbana (J. Marques, *O Castelo de Braga (1350-1450)*, Braga, 1986, p. 6, 7).

³² A compreensão da intervenção quinhentista implica a reposição do traçado da muralha e da forma do castelo. Uma parte do antigo espaço do Eirado foi ocupada com a edificação do Banco do Minho e do Teatro de São Geraldo, no século XIX.

³³ Um exemplo é dado pelo modo como são nomeados os espaços fora da porta do Souto e junto do Castelo. O *Mapa das Ruas* centra-se na identificação do Terreiro do Castelo, enquanto que uma outra planta da zona, atribuída ao século XVIII, descreve e nomeia os espaços de rossio que ladeiam o castelo (o «roxio do peixe» encostado à face norte da alcáçova e o «roxio da Porta do Souto» situado do lado oposto); na frente do Castelo apenas legenda «Os Alpendres» (Teixeira e Valla, 1999, p. 119, gravura 26). Assim, os nomes denotam diferentes modos de ver e valorizar os lugares da cidade.

³⁴ Um rossio ou campo podem evoluir para uma praça, por englobamento na malha de expansão urbana e nova condição de centralidade adquirida em virtude da transferência dos paços de Concelho para esse local, como acontece em Viana do Castelo (século XVI) e no Porto (século XIX, a Praça, antigo Campo das Hortas).

³⁵ Por sua vez, a permanência de uma designação, já sem uma conexão evidente com a representação que esteve na origem do conceito inicial, testemunha a importância de um determinado espaço na formação da estrutura urbana e da imagem de identidade da cidade (o caso do Rossio de Lisboa). O *Mapa das Ruas* faz o reconhecimento de dois rossios no centro da cidade, o «Rexio da praça» e o Rexio de S. João» (f. 23, 24 e 9, 10).

³⁶ *Mapa das Ruas*, f. 46, 48, 49, 50 e 51.

³⁷ Durante a guerra da Restauração, terá havido um reduto militar no monte de Santa Margarida: «O reduto que se ha de fazer no monte de Santa Margarida convem se faça, com toda a brevidade sem levantar mão da obra por ser huma firme segurança, dessa cidade, e ainda de toda a provincia como praça de armas e cabeça della» (Carta de D. Gastão Coutinho, 29 de Junho de 1641, E. P. de Oliveira, *Estudos sobre o século XVIII em Braga: história e arte*, Braga, 1993, p. 76, n.º 4). A memória do reduto perdura, como topónimo, ainda no século XIX: «a praça nova, chamada tambem campo do Reducto, e mais conhecida pelo nome de campo novo» (D. P. F. de Pimentel, *Memorias do Bom Jesus do Monte e Roteiro ou breve notícia de Braga*, Lisboa, 1883: 138).

³⁸ André Ribeiro da Silva, *Mappa da Cidade de Braga Primas* [século XVIII].

³⁹ Domingos Lopez, «PLANTA DA PRAÇA NOVA QVE MANDÃO FAZER», Porto 1687 (M.-Th. Mandroux-França, «Quatro fases da urbanização do Porto, no século XVIII», Porto, 1984). O projecto da praça portuense coincide com a permanência de D. João de Sousa à frente da diocese do Porto, (1683-1696). Com a passagem do Arcebispo para Braga seguem alguns mestres de obras oriundos do termo do Porto, como Domingos Moreira, Pascoal Fernandes e o filho Manuel Fernandes da Silva, o mestre que contrata a reconstrução da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.

⁴⁰ No campo dos Touros, o novo edifício do Senado é construída em duas campanhas de obras. A primeira, entre 1752 e 1763, abrange o corpo central e a parte sul; a segunda, de conclusão da edificação, tem início a partir de 1854. O carácter institucional do espaço, onde culminam tradicionalmente as festas sagradas e profanas da cidade, determinou a proibição da concessão de licença para a abertura de estalagens e «bodegas com comestíveis» (M. M. Milheiro, *Braga no século XVIII: A urbanização do Campo dos Touros*, 1991, p. 155, n.º 11).

⁴¹ A arcada é reconstruída em 1715. Na segunda metade do século seguem-se novos estudos de projecto para a sua remodelação, que apenas se concretiza em meados do século XIX. Junto do castelo é levantado o novo Aljube, com projecto de Manuel Pinto de Vilalobos; a execução da obra é contratada com Manuel Fernandes da Silva, em finais de 1717. E no alto de frontaria da arcada é colocada a imagem representando a cidade de Braga que aí permanece aí até 1772, quando passa para o cimo do arco da porta Nova, entretanto reconstruída.

⁴² No *Mapa das Ruas*, a figura do castelo medieval encontra-se parcialmente obliterada por um texto. Um dos sinais da leitura do sítio de São Sebastião, como lugar central original, perdurava na tradição do «caixão do rôlo» que se guardava na ermida. Em 1570, na sequência de uma epidemia de peste, a Câmara fez um voto de «ir todos os annos em procissão á Capella do Santo, fazendo primeiro a volta á cidade com um rôlo de cera, da medida exacta da sua circunferencia, o qual havia de arder no templo emquanto durasse a festa». O rôlo de cera, que media 1527 varas (cerca de 1680 metros), guardava-se num caixão cilíndrico. Quando acabava, era renovado, como acontece em 1763 e 1851, com uma solene procissão chamada «Cêrco do rôlo» (Ferreira, 1928-1935, tomo III: 47-48, n.º 4).

⁴³ As entradas dos arcebispos e os cortejos de celebração de aclamação de reis, de manifestações de regozijo pelo nascimento dos príncipes ou de manifestação de luto, com a quebra de escudos reais desenhavam o circuito restrito das portas e ruas principais da cidade, entre a porta de Maximinos, a Sé e o eixo das ruas do Souto de Nova de Sousa, parando em lugares significativos, na Sé e no paço arquiépiscopal. Pontualmente, saíam fora do espaço entre muros, pela Porta do Castelo e entram na seguinte, do campo da Vinha. Entre as procissões religiosas e rogativas, a procissão da Via Sacra engloba um dos itinerários mais alargados. Depois de sair da Sé, segue pelo eixo das Ruas do Souto e Nova de Sousa, mas sobretudo percorre o espaço da cintura de Campos, fazendo coincidir cada uma das oito estações com uma das portas da cidade. O trajecto das

três procissões anuais, pelos Irmãos da Misericórdia, marca o reconhecimento dos lugares urbanos mais afastados, englobando três direcções diferentes: na primeira, segue até à Igreja de Nossa Senhora a Branca, a nascente; na segunda, percorre o perímetro exterior das muralhas, em relação com o hospital de São Marcos; e na terceira, alcança o convento feminino do Divino Salvador, no campo da Vinha. (Cf. M. M. de C. Milheiros Fernandes, *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*, 3 vols., Braga 1997, vol. I). Nenhum dos circuitos cartografados passa em lugares próximos do Campo Novo, o que permite concluir pela condição periférica da zona.

⁴⁴ Entre os elementos de uma estrutura urbana descritos por Serrão Pimentel no *Método Lusitano* (1680), conta-se precisamente a articulação de passagens transversais de ligação entre ruas de direitas (de saída, se o sentido for tomado na aceção mais genérica), e a resolução de cruzamentos por meio de praças: «Deve também haver outras ruas que atravessem ordenadamente as que sahem do centro, & em correspondência entre si, para serem melhores as serventias assim para o civil, como para o militar, & mayor fermosura da povoação.../Também nos meyo das ruas que do centro vaõ para as Cortinas nos encontros das transversaes, ou mais ou menos chegado para o centro, mas sempre nos ditos encôtros que chamamos ordinariamente encruzilhadas, se fazem humas praças mais pequenas quadradas, em que desembocão quatro entradas, duas da rua trãrsversal, & duas da direita. Cada lado de huma destas praças se faz de 80 a 100 pès, que servem para mercados (além do que também costuma haver na Praça de armas principal) para mercadores, passeos, exercicios particulares, & outros usos civis.» (L. S. Pimentel, *Método lusitano de desenhar as fortificações praças regulares e irregulares...*, ed. fac-simil. da 1.^a ed. de 1680, Lisboa 1993: 320-321). Todavia, o Campo Novo, com cerca de 222/245 pès, aproxima-se antes da «Praça de armas principal», que há-de ter «120. até 200. ou 250. pès conforme a grandeza da Fortaleza, & guarnição que nella pôde haver» (Pimentel [1680], 1993, p. 320).

⁴⁵ M. S. de M. Bandeira, *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: ensaio em geografia urbana histórica*, 2 vols., Coimbra 1992, vol. I: 110.

⁴⁶ Segundo Leite de Vasconcelos, as palavras «exido», «eixido» e «enxido», que tomaram a aceção de «campo da porta», «continuum o latim «exitus» (Vasconcelos, 1933-1985, vol. II: 336, n.º 1 e 344). Os termos são recorrentes em documentos que descrevem a ocupação de parcelas, nas ruas na cidade de Braga.

⁴⁷ Uma estratégia de loteamento semelhante é desenvolvida em planos e intervenções almadinas e oitocentistas, na cidade do Porto, onde se verifica, por exemplo na abertura da Rua de Álvares Cabral, uma modulação dos lotes correspondente a uma medida de referência de seis metros, com a possibilidade de compra de múltiplos da dimensão padrão (ver M. do C. M. Pires, *A Rua de Álvares Cabral (1895-1940): formas de habitar*, Porto, 2000, pp. 56-70).

⁴⁸ Os terrenos eram prazo do Cabido de que era enfiteuta António Barreto Gavião (Oliveira, 1993: 130). Anos mais tarde, o promotor da urbanização, já na qualidade de Vereador, é encarregue pelo Senado de vistoriar o curso das obras (E. P. de Oliveira, *Braga: percursos e memórias de granito e oiro*, Porto, 1999, p. 69).

⁴⁹ No século XVIII, a área urbanizada é conhecida por Bairro da Gaviéria: «Em Abril de 1725 se comesou a quebrar pedra, e a fazer cazas no Bairro da Gaviéria» (Thadim, «Época dos Annaes e Memorias de Braga» [século XVIII], cit. M. S. de M. Bandeira, *O espaço urbano de Braga: obras públicas, urbanismo e planeamento (1790-1974)*, 3 vols., Braga, 2001, vol. I: 117, n.º 296). Os arruamentos das imediações, as ruas dos Chãos de Baixo e de Cima, e o significado da palavra Gaviéria sugerem o quadro físico urbanizado. Mas há, também, um sítio de «Penedos», a nascente da segunda rua, que surge assinalado como topónimo no *Mapa das Ruas* (f. 45, 46, 53). Relativamente a «Gaviéria», «o que temos são derivados de gávia <> gávea (>gav) topográfico [...] isto é, terrenos onde existiam ou se formavam facilmente «gávias» (<> «gaivas»), [...] O próprio n.º comum «gavinheiro», a planta dos areais, mostra o caso, pela facilidade com que estes se podiam «esgaivar», verbo que significa isso mesmo» (A. de A. Fernandes, *Toponímia portuguesa (exame a um Dicionário)*, Arouca, 1999, pp. 336-337).

⁵⁰ No espaço regional, a posição central da cidade romana de Braga advém da sua implantação no ponto de contacto, entre os dois sistemas de vales fluviais, e do domínio visual que alcança em função do sítio. O plano do Campo Novo organiza o espaço periurbano delimitado pelas estradas que ligavam a cidade ao interior peninsular, correspondentes às vias romanas XVII^a e XVIII^a.

⁵¹ À chegada à Igreja de São Vicente, o vector sul-norte, concretizado pela Rua da Oliveira, sofre uma torção como forma de orientar a entrada no largo que se define junto à fronteira da igreja. Mantém-se, todavia, a leitura do enfiamento da rua à torre existente na cabeceira.

⁵² A Capela de Nossa Senhora de Guadalupe ocupa o lugar de uma ermida quinhentista dedicada a Santa Margarida, onde já havia sido instituída, em 1638, uma Confraria de Nossa Senhora de Guadalupe. Existe um primeiro contrato de reconstrução da ermida (1718) que fica sem efeito; segue-se o contrato com Manuel Fernandes da Silva de 1719 (E. P. de Oliveira, *Estudos sobre o século XVIII em Braga: história e arte*, Braga 1993: 54). A nova capela é consagrada por D. Rodrigo de Moura Teles em 23 de Março de 1725; em Abril «se começou a quebrar pedra e a fazer casas no nairo da Gaviéria» (Oliveira, 1993, p. 130). Neste contexto poderia ser lembrado que o mesmo mestre contrata a execução de outras obras próximas: a Igreja da Congregação (1703) e a igreja do Convento de Nossa Senhora da Penha de França (1720), no campo de Santa Ana. Manuel Fernandes da Silva é igualmente responsável por duas campanhas de obras na Capela de Santa Madalena do Monte da Falperra (1699, 1704).

⁵³ O traçado do antigo caminho que dava passagem do Recolhimento em direcção à Igreja de São Vicente é alterado com o plano do Campo Novo. Em 1736, um contrato para a construção de uma casa particular já menciona a rua Nova de São Gonçalo (cf. M. J. M. da Rocha, *Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os homens e as obras*, Braga 1994, p. 192).

⁵⁴ A nova instituição religiosa evolui a partir de um simples Recolhimento de mulheres devotas sediado no mesmo local, desde 1763 (antes estivera na Rua de São Barnabé, que liga as Ruas de Santo André e da Oliveira). A instituição da clausura deve-se à iniciativa dos religiosos Carmelitas descalços do vizinho convento de Nossa Senhora do Carmo (1654), que assim intensificam a presença da Ordem no espaço da urbanização do Campo Novo.

⁵⁵ Os dados conhecidos relativos ao aforamento dos prazos e à condição social dos seus aforadores confirmam uma progressiva ocupação das parcelas da praça e das ruas adjacentes, com as características de um bairro de subúrbios, com rendimentos de enfiteuse e subenfiteuse baixos, habitado maioritariamente por um «estado do meio». «Aquilo que certos autores designam por «estado do meio»» poderia compreender «aquelas pessoas que desempenham profissões originariamente consideradas como mecânicas (boticários, cirurgiões, escrivães, livreiros, escultores e pintores), mas que tinham sofrido um processo de ascensão social que as colocara junto da nobreza ou a par de outras profissões que já eram consideradas nobilitadoras (a profissão das letras, v.g.). Aceite por uns, negado por outros, o «estado do meio» é um testemunho do modo como as mutações sociais iam estoirando com as fronteiras rígidas entre as velhas ordens» (A. M. Hespanha, *História das instituições: épocas medieval e moderna*, Coimbra, 1982, pp. 226-227).

⁵⁶ A obra é apontada no plano de Melhoramentos: «Mais reduzir a planície a praça nova do Reduto (Campo Novo) e tirar-lhe os penedos que nela se acham até fazer declive composto à forma das casas e fazer-lhe uma fonte de pedra na forma em que se acha uma em Enfias, trazendo agoa em aquedutos de S. Vicente até entrar na dita fonte.» (Cit. J. V. Capela, «O Município de Braga de 1750 a 1834», *Bracara Augusta*, Braga, vol. XLI, n.º 91-92 (104/105) 1988/89: 325-326). «A direcção das obras públicas e particulares, viria de facto, no seguimento da proposta anteriormente feita para dar melhor ordem às obras públicas e à cidade a ser entregue por assento de vereação de 21 de Janeiro de 1773 a Carlos Luís da Cruz Amarante, do Campo de St'Ana, que então é nomeado inspector das obras públicas da cidade» (Capela, 1988-1989, p. 327).

⁵⁷ A fonte é colocada cerca de 1775 (Oliveira, 1993 p. 130).

⁵⁸ Num primeiro momento (1768), a irmandade do Senhor dos Passos que tinha sido instituída na quinhentista ermida de Santa Ana recolhe à capela da Lapa; em 1771, irá unir-se à Igreja de Santa Cruz, no Campo dos Remédios. Esta igreja tinha sido fundada em 1625, no sítio de um cruzeiro de D. Diogo de Sousa, onde se faziam festas muito incrementadas com o tempo (Ferreira 1928-1935, tomo III: 142, n.º 3). Possivelmente, o cruzeiro marcaria o princípio do caminho do santuário do Bom Jesus do Monte, tal como seria entendido no tempo de D. Diogo de Sousa.

⁵⁹ Em especial, a fachada da igreja dos Congregados levantada por André Soares. Datam da segunda metade do século XVIII estudos para a reconstrução da arcada que ainda integram a figura da Cidade na composição.

⁶⁰ Capela, 1988-1989, p. 325.

⁶¹ Do tempo de D. Gaspar de Bragança datam os chafarizes do campo das Hortas e do largo de São Sebastião, e bem assim todo o sistema de abastecimento de água à cidade pela canalização do manacial das *Sete Fontes* (uma obra contemporânea do aqueduto das Águas Livres de Lisboa), que se mantém em funcionamento até ao século XX.

⁶² «O publico aspecto, galhardia e formozura das cidades tem sido sempre objecto das mais distintas atenções dos Regedores dellas. Com a intrusão porem das Nações barbaras experimentarão este e outros Reinos e nos Seculos passados grande decadencia e má especioza forma e decora das suas povoações por faltar-lhe este especial cuidado em os Maiores. Porquanto esquecidos estes da indispensavel vigilancia e perciza circunspeção que devião ter sobre a regularidade dos edificios, não obstarão a que os particulares pouco cultos e bem nutridos na sua barbaridade edeficassem habitações sem as necessárias regras de architettura, formassem ruas torpes e informes, sem ordem na situação e pozitura, e assim amontoando cazas e cazas, afeirão com huas a simitria das outras, deturbando deste modo a beleza e o aspecto das cidades...

Estas mesmas economias maximas pertendem reduzir a praxe do modo possivel os Regedores desta metropole de Vossa Alteza Real, evitando de algua sorte nella aquelles defeitos que mais a deslustrão e he justo que isto se execute porque sendo o seu plano tam formozo pelo belo terreno e acento que occupa, não he bem se ache por causa de alguns irregulares edeficios e imperfeitas obras tam feas e deformes.» (Petição ao «Serenissimo Senhor», Capela, 1988-1989, pp. 323-324). O plano de melhoramentos é tido como um «plano de obras modestas» (Bandeira 1992: 120), porque não se refere a intervenções de abertura de arruamentos, mas a complemento de equipamentos. Porém, se a intervenção do Campo Novo for compreendida como plano de urbanização de uma zona mais alargada, faria todo o sentido, em meados do século, não propor novas frentes de extensão da cidade, mas, antes, regular as que estavam a ser construídas.

⁶³ Idênticos artificios de desenho são explorados em alas dos claustros seicentistas, por exemplo no claustro principal do mosteiro de São Martinho de Tibães ou no claustro do colégio da Sapiência, em Coimbra.

⁶⁴ O programa habitacional certamente o justifica, mas, se for considerada a posição do campo na malha urbana, a medida dos lados assim duplicada poderia ser pensada em relação com um factor de crescimento de formas inscritas numa matriz de expansão radioconcêntrica.

⁶⁵ A série da diagonia é desenhada com base no rebatimento da diagonal do quadrado, que define a proporção de raiz de dois relativamente à medida do seu lado. A seriação de medidas dos lados de cada um dos três espaços é de «a: 2a: 2a». A mesma seriação pode ser «traduzida» por uma relação de proporção de «5: 7: 10», de aplicação prática aproximada.

⁶⁶ No terreiro dos Evangelistas conclui-se, em 1756, a obra da Capela da Aparição de Cristo a Madalena pelos mestres António Ferreiro e Cristóvão José Farto (R. C. Smith, *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça: escultor beneditino do séc. XVIII*, 2 vols., Lisboa, 1972, vol. I: 328, n.º 184). Aquele segundo mestre pedreiro, que é originário do termo de Pontevedra, «assiste na rua de Santo Andre», do Campo Novo, como se depreende do contrato da obra que arremata de três pátios e escadas da capela de Santa Maria Madalena do monte da Falperra, em 1758 (Rocha, 1990, pp. 253-256).

⁶⁷ «Contrato e ajuste dos arcos na entrada da escada da cappella da Senhora da Goadalupe que fas o mestre pedreiro Jozeph Gracia com o Reverendo Arcediago de Vermoim» (12 de Fevereiro de 1760). A posição dos arcos é descrita nos seguintes termos: «a coal obra sera feita na entrada da primeira escada da dita cappella e pondo adiante por baixo da estrada e caminho que vai para o cruzeiro da Senhora Branca que serão tres arcos». O mestre encarregue da obra será João Garcias, «mestre de pedraria do Reino da Galiza e assistente nesta cidade» (Rocha, 1994, pp. 108-110).

⁶⁸ «A colina da capella de Nossa Senhora de Guadalupe, chamada antigamente de Sancta Margarida, situada a *cavalleiro* da cidade, domina da sua eminencia a cidade e varzeas, e tem vistas sobre o Sanctuario do Bom Jesus, que lhe fica superior. Em volta da capella ha uma pequena alameda, a qual communica por poucos degraus e portas de ferro com a rua de Camões, e por comprida escadaria com as ruas do Cravalhal, S. André e Guadalupe. É um dos sitios mais pittorescos de Braga e suas cercanias» (Pimentel, 1883, p. 147).

⁶⁹ [Acerca das oliveiras] «A existência destas árvores resultou de uma sugestão feita pelo arcebispo Moura Teles, numa das pastorais, para que as populações aproveitassem este terreno para produzir azeitona, para que os gastos com o azeite, tão necessário para alumiar os templos, sobretudo quando tinham o Santíssimo Sacramento exposto, não fossem tão elevados» (Oliveira, 1999, p. 98).

⁷⁰ «Um pobre Fradinho, como elle mesmo D. Frei Caetano Brandão disse numa carta, que por motivo da sua nomeação para Braga, escreveu ao Ministro dos Negocios do Ultramar» (Ferreira, 1928-1935, tomo III, p. 386). A sua designação coincide no ano em que é promulgada a lei que termina com os Senhorios e o sistema antigo de posse territorial, e extingue a jurisdição dos Arcebispos sobre a cidade, os coutos e outras terras sob o seu domínio, abalando profundamente as estruturas que sustentavam a Igreja.

⁷¹ Segundo o plano de melhoramentos de 1769 (Capela, 1988-1989, p. 325).

⁷² Em 1871 e 1872 são construídas duas casas que ocupam os prazos n.ºs 17, 18 e 19 (Oliveira, 1993, p. 130). Em meados do século XIX, o bairro da Gaveira já fazia parte integrante do espaço mais urbanizado da urbe. Em 1855, quando se dá a aclamação do rei D. Pedro V, o auto é proclamado num itinerário urbano que se detém em cinco pontos chaves da cidade onde são levantados postes: o primeiro, no campo das Hortas, o segundo no largo da porta do Souto, o terceiro no «largo da Praça Nova», o quarto no campo da Vinha. O circuito termina nos paços do Concelho, onde é feita a aclamação do rei («Auto

de aclamação do Muito Alto e Muito Poderoso e Fidelíssimo Rei de Portugal, o Senhor Dom Pedro quinto na forma abaixo declarada», L. Costa, *Para a história de Braga*, Braga, 1995, pp. 102-103).

⁷³ «Paralela com o campo de Sanct'Anna, e communicando com elle pela pequena rua de S. Gonçalo – a praça nova, chamada tambem campo do Reducto, e mais conhecida pelo nome de campo novo, – nome que apezar de velho ainda conserva. É quadrangular, tem pouco arvoredo, e no centro um tanque circular com repucho. Aos quatro cantos desembocam as ruas de S. Gonçalo, de Sancto André, de Guadalupe, e da Oliveira. Uma singular physionomia apresentava até ha poucos annos esta praça : todas as casas eram construidas pelo mesmo risco. O proprietario d'uma dellas quebrou esta monotonia, reconstruindo d'outra fórma o seu predio.» (Pimentel, 1883, p. 138).

⁷⁴ O motivo próximo que desencadeia a pena de desterro por dois anos, para fora do Distrito, prende-se com uma Circular que D. Manuel Baptista da Cunha tinha expedido ao clero da diocese, proibindo a formação das Associações Culturais decretadas pelo Governo, nos termos da Lei da Separação (Ferreira, 1928-1935, pp. 339-343).

⁷⁵ Ferreira 1928-1935, pp. 340-341, n.º 3. A residência dos arcebispos de Braga segue uma derrota semelhante, no aro da cidade. Em 1916, o novo arcebispo de Braga fixa-se além do monte de Nossa Senhora de Guadalupe, a nascente, na rua de Santa Margarida, na Casa do Tanque que é adquirida pela diocese, em 1920, formando o núcleo inicial do novo paço arqui-episcopal de Braga (Ferreira, 1928-1935, pp. 417-418).

⁷⁶ A nova designação da praça é decidida pela Câmara Municipal em 1898 (Oliveira, 1993, p. 130).

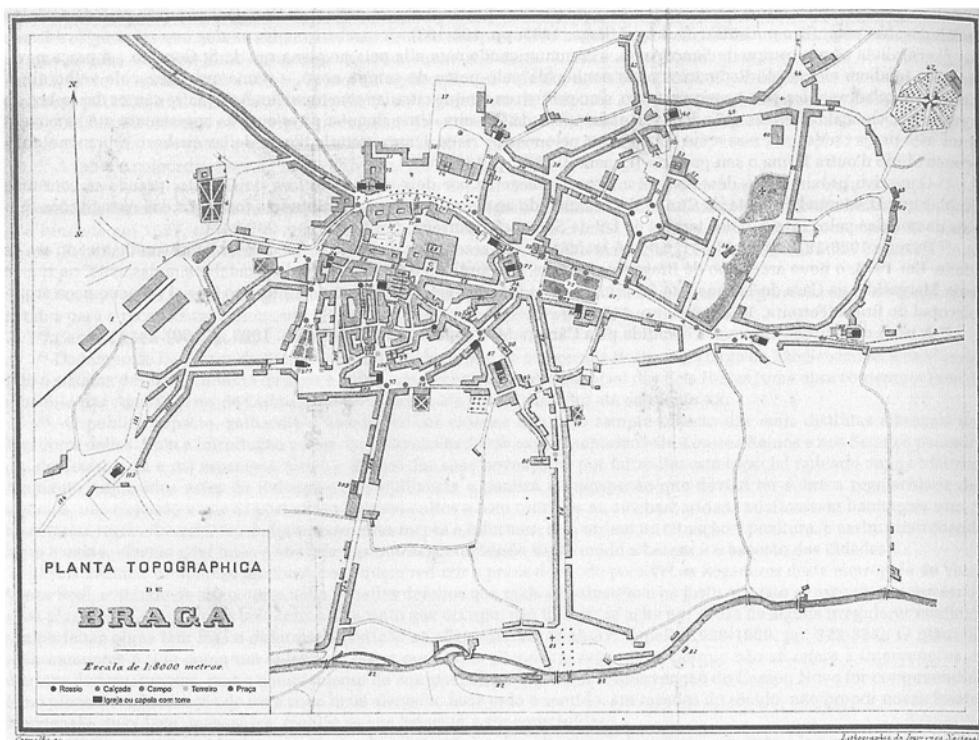


Fig. 1 – A cidade de Braga, igrejas e capelas com torre. A designação dos espaços urbanos segundo as legendas do *Mapa das Ruas de Braga* (1750).

A planta «Roteiro de Braga» em appendice às *Memorias do Bom Jesus do Monte* de Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel (4.^a edição, 1883, pp. 131 e ss.).

Alfândega [77]; Aljube [33]; Campo da Vinha 9; Campo das Hortas 5; Campo de Sta. Ana 67, 72; Campo de Santiago 97; Campo de S. Sebastião 109; Campo dos Remédios 87; Campo dos Touros / Praça do Município 30; Capela de N. Senhora da Lapa 77; Capela de N. Senhora da Torre [100]; Capela de N. Senhora de Guadalupe 58; Capela de Sto. António (da Praça) 27; Capela de S. Sebastião, terreiro 107; Casa da Congregação do Oratório 69, 70; Castelo [77]; Colégio de S. Paulo 99; Colégio dos Órfãos de S. Caetano 10; Convento de N. Senhora da Conceição 103; Convento de N. Senhora da Conceição da Penha de França 95; Convento de N. Senhora do Carmo 19; Convento de N. Senhora do Pópulo 11, 12; Convento de N. Senhora dos Remédios 90; Convento de Sta. Teresa 53; Convento do Salvador 14; Estudos Públicos [100]; Hospício dos Beneditinos de Tibães 15; Hospital de S. João Marcos 89; Largo do Paço 26; Igreja da Misericórdia 27; Igreja de N. Senhora a Branca 64; Igreja de Santa Cruz 88; Igreja de S. Lázaro 80; Igreja de S. Vicente 95; Largo dos Penedos 38; Paços do Concelho (século XVI) [96]; Paços do Concelho (século XVIII) 31; Passeio Público 95; Passeio Público das Carvalheiras 108; Porta Nova 23; Praça do Pão [96]; Pracinha / Açougues 24; Rua de D. Diogo de Sousa e rua do Souto 25; Rua de Maximinos 96; Rua dos Chãos de Baixo 37; Rua dos Chãos de Cima 39, 42; Recolhimento da Caridade 21; Recolhimento das Beatas de Sto. António 22; Recolhimento das Convertidas de Sta. Maria Madalena 71; Sé 95; Seminário de S. Pedro 29; Seminário de S. Pedro e S. Paulo 99.

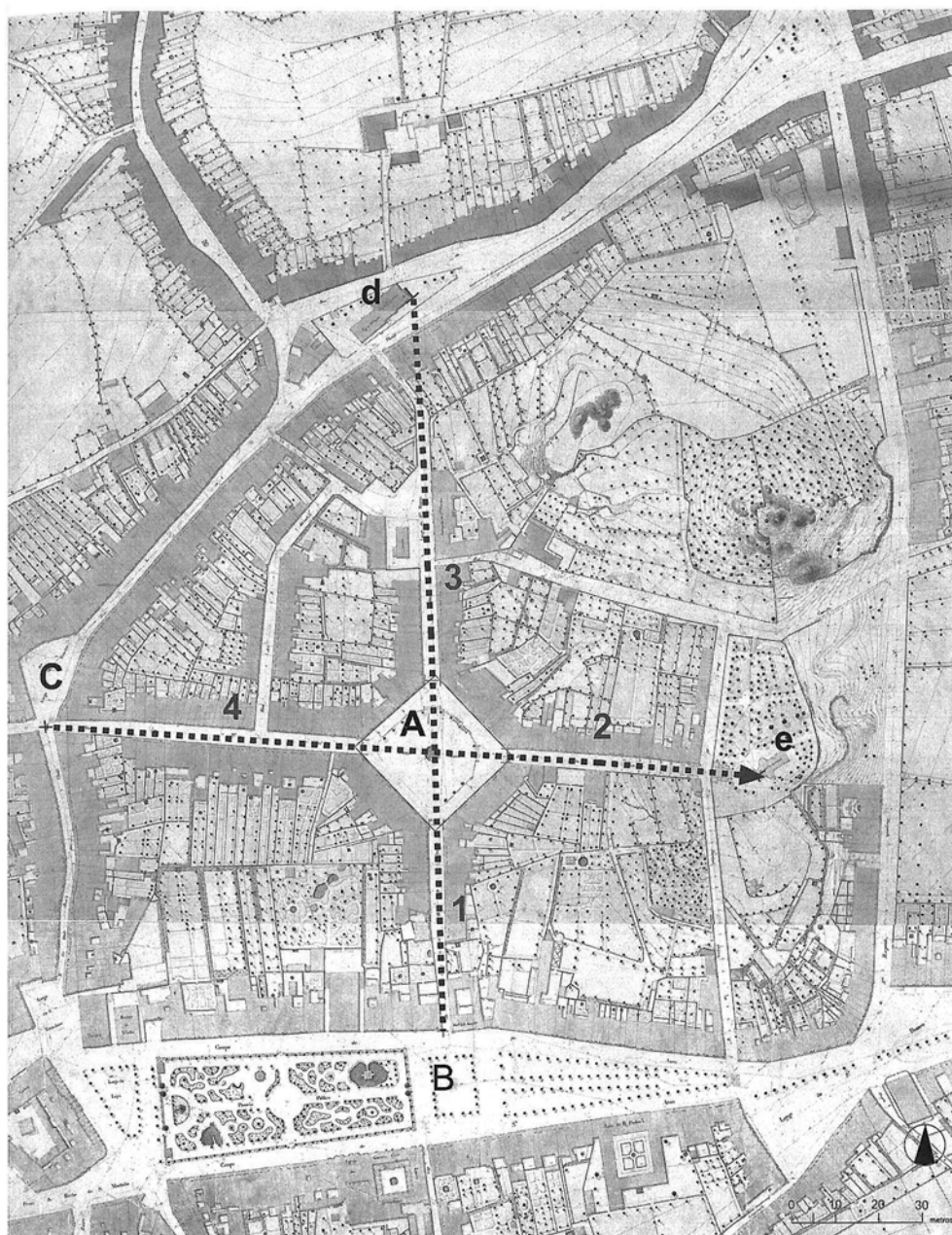


Fig. 2 – Eixos estruturantes do Campo Novo e pontos de amarração do projecto.
Excerto da *Carta Topográfica da Cidade de Braga*, 1883-1884.

A – Campo Novo; B – Campo de Santana; C – Largo do Penedo;
d – Igreja de São Vicente; e – Capela de Nossa Senhora da Guadalupe;
1 – Rua de São Gonçalo; 2 – Rua de Nossa Senhora de Guadalupe; 3 – Rua da Oliveira; 4 – Rua de Santo André.

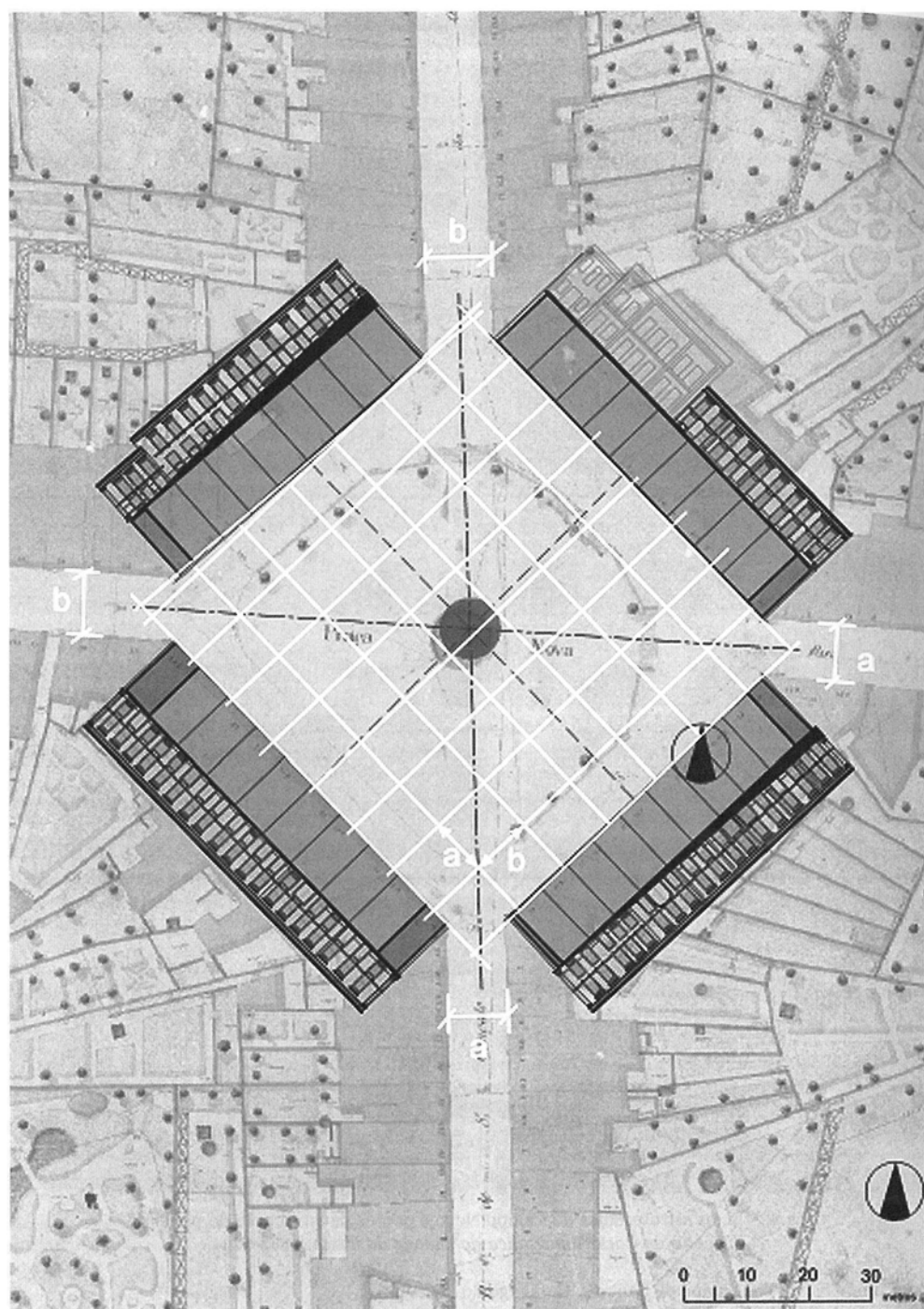


Fig. 3 – Esquema de dimensionamento do Campo Novo e dos arruamentos, loteamento.
Excerto da *Carta Topográfica da Cidade de Braga*, 1883-1884.

a – 46 palmos, b – 47 palmos e meio.

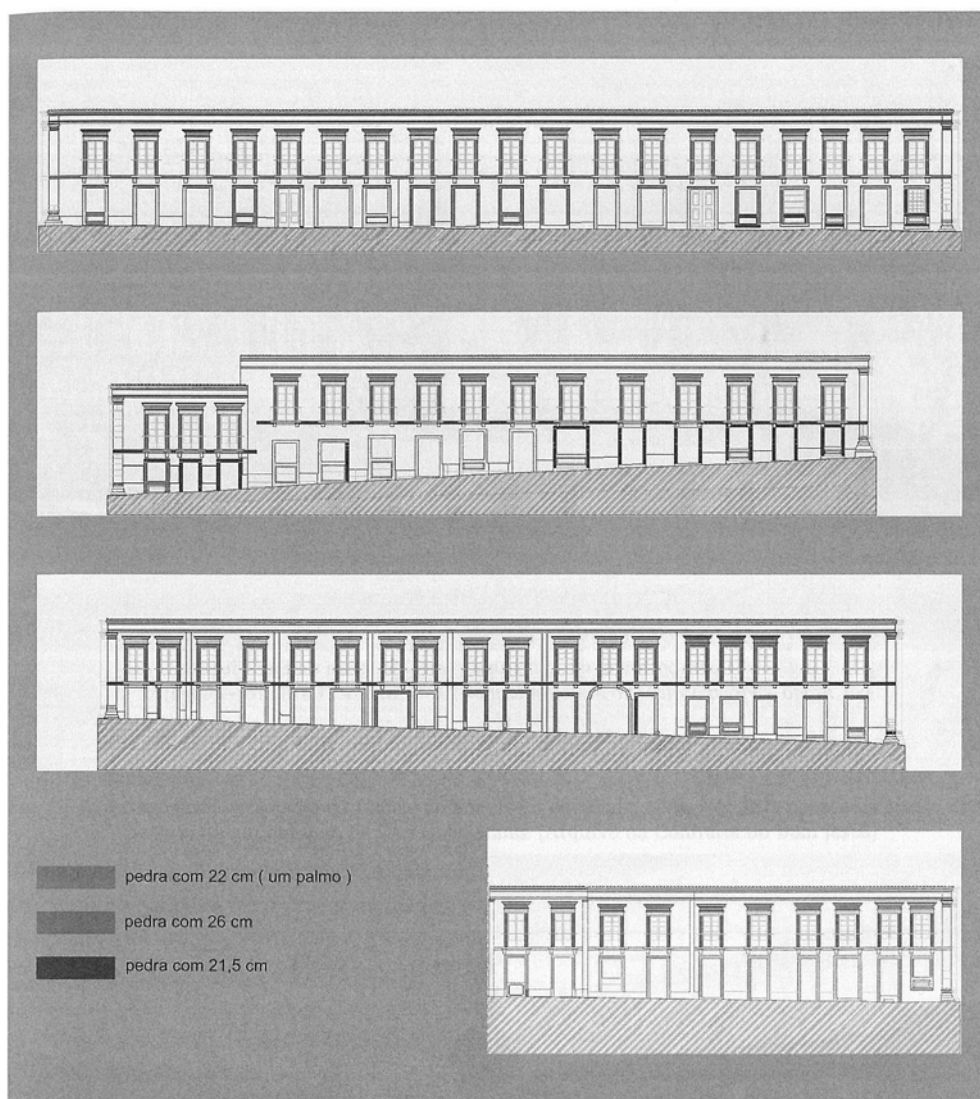


Fig. 4 – Alçados do Campo Novo, medidas das peças de cantaria
Alçados Sudoeste, Noroeste, Sudeste, Nordeste



Fig. 5 – O Campo Novo, enfiamento da torre da Igreja de São Vicente
Braga – Praça Mousinho d'Albuquerque [19—] (Manoel Carneiro – Braga)



Fig. 6 – O Campo, a escadaria e a capela. A estátua
Braga. Praça Mousinho de Albuquerque. Colecção Cónego Arlindo

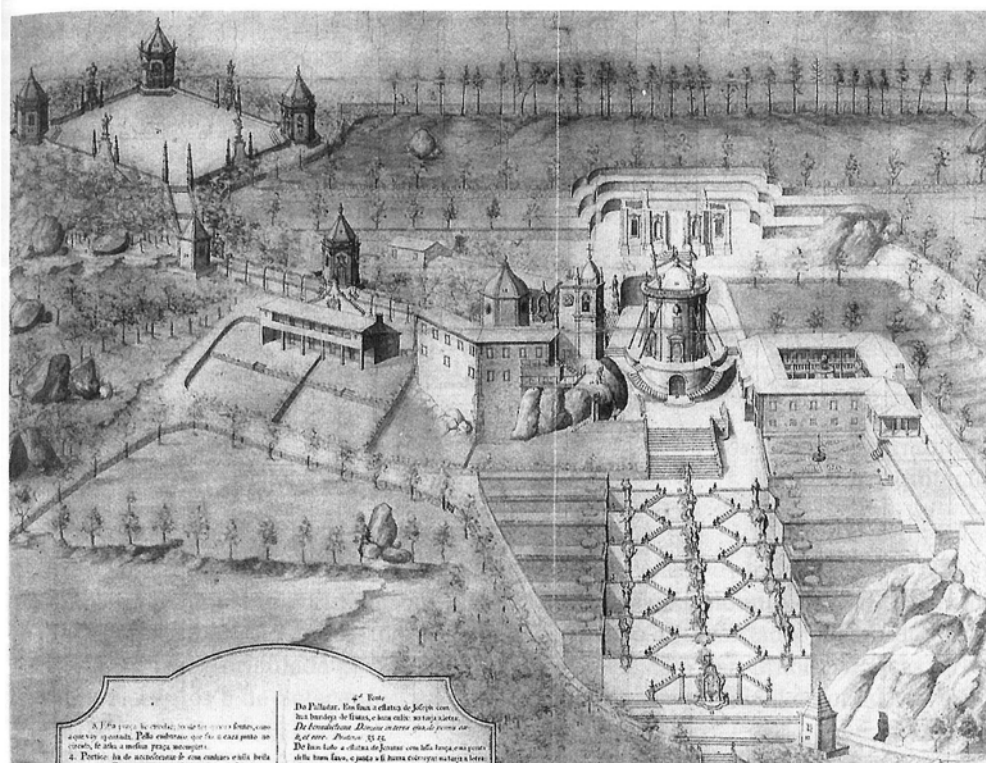


Fig. 7 – O Terreiro dos Evangelistas e a Capela do Bom Jesus do Monte, Braga (primeira metade do século XVIII)
Excerto de um desenho de Carlos Amarante (Arquivo da Confraria do Bom Jesus)



O presente volume corresponde ao crescente interesse que as praças reais vêm registando como elemento cultural de primeira ordem na história do urbanismo e do património europeus. O colóquio *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, estruturou-se em dois blocos autónomos. O primeiro destinado à análise do modelo da praça real, onde se procurou fixar a respectiva tipologia a par do impacto da sua difusão internacional. No segundo fez-se uma reflexão sobre a situação actual das praças reais, projectando cenários sobre a vocação futura destes espaços.

Procurámos associar os interessados no passado das praças reais, a par dos envolvidos na respectiva leitura dinâmica do presente, tendo em vista a conservação e reabilitação vocacional, que estes espaços naturalmente equacionam, ao serem perspectivados olhando o futuro. Historiadores, Arquitectos, incluindo os paisagistas, Geógrafos e Urbanistas debateram durante três dias os temas eleitos contribuindo com as suas competências para uma consistente visão pluridisciplinar.

Procurou a Comissão Organizadora reunir no presente volume os estudos apresentados, que, estamos certos, no seu conjunto e dado o grau de excelência dos seus autores, constituirá uma importante ferramenta de trabalho para todos os interessados na matéria.

Com o apoio de

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
AGÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

UAL
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA

IIP
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
PLURIDISCIPLINAR